

revista PILARES DA história

DUQUE DE CAXIAS E BAIXADA FLUMINENSE

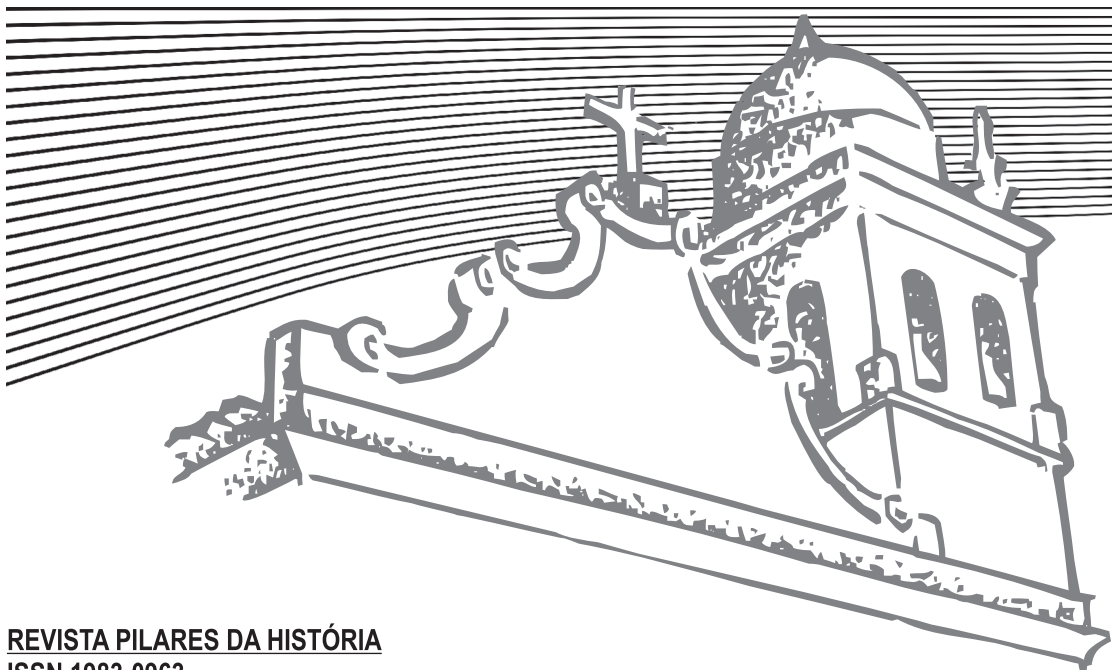
ano 13 - edição especial - setembro de 2014

ISSN 1983-0963

Nesta edição:

- A DESNATURALIZAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE: PRESSUPOSTOS E LEITURAS PARA ENTENDER A APROPRIAÇÃO TERRITORIAL.
- REPRESSÃO E RESISTÊNCIA: TECELOES DE MAGÊ NO MOVIMENTO OPERÁRIO DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1918-1919).
- TV OLHO - UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO.
- A BAIXADA FLUMINENSE VISTA POR MEIO DOS ATLAS ESCOLARES MUNICIPAIS NO ENSINO BÁSICO.
- CENTRO DE ATIVIDADES COMUNITÁRIAS: UM PROJETO, UM DIÁLOGO, UMA HISTÓRIA.
- BONDES EM NILOPOLIS.
- JARDIM PRIMAVERA - DO PASSADO AO PRESENTE UM BAIRRO DIFERENTE.
- UMA INTRODUÇÃO A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL: ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO, ESTUDO DE CASO NA BAIXADA FLUMINENSE.
- CAXIAS DE ANTIGAMENTE, PRIMEIRAS IMPRESSÕES.





REVISTA PILARES DA HISTÓRIA

ISSN 1983-0963

Edição conjunta:

INSTITUTO HISTÓRICO VEREADOR THOMÉ SIQUEIRA
BARRETO
da CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS e
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO

PRESIDENTE DA CMDC:

Eduardo Moreira da Silva

DIRETOR GERAL DA CMDC:

Laurecy de Souza Villar

DIRETORA DO INSTITUTO HISTÓRICO:

Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

PRESIDENTE DA ASAMIH:

Paulo Christiano Mainhard

CONSELHO EDITORIAL:

Alexandre dos Santos Marques

Antonio Augusto Braz

André Santos da Rocha

José Cláudio Souza Alves

Nielson Rosa Bezerra

Marlucia Santos de Souza

Rogério Torres da Cunha

Tania Maria da Silva Amaro de Almeida

EQUIPE DO INSTITUTO HISTÓRICO:

Alda Regina Siqueira Assumpção / Elisangela Cortes Braga /

Diego Thiele Canuto / João Ali Hassan Dib de Lima / Tais

Fernanda Noronha / Roselena Braz Veillard / Suely Alves Silva

LOGOMARCA:

Guilherme Peres

CONCEPÇÃO DA CAPA:

Newton Menezes

FOTOS / CAPA:

Praça do Pacificador, vendo-se fotógrafos
"lambe-lambe" - anos 1980.

Foto: Rogério Torres

Acervo iconográfico sob a guarda
do Instituto Histórico/CMDC.

CORRESPONDÊNCIA:

Rua Paulo Lins, 41 - subsolo - Jardim 25 de Agosto

Duque de Caxias - RJ

CEP: 25071-140

Telefone: (21) 2784-6947

institutohistoricocmdc@gmail.com

<http://www.cmdc.rj.gov.br/>

**ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO
INSTITUTO HISTÓRICO**

<http://www.amigosinstitutohistoricocd.com.br/>

O Instituto Histórico “Vereador Thomé Siqueira Barreto”,
da Câmara Municipal de Duque de Caxais e a
Associação dos Amigos do Instituto Histórico
agradecem o apoio:

Dos Autores

CRPH

Centro de Referência Patrimonial e Histórico
do Município de Duque de Caxias

CEPEMHEd

Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação
da Cidade de Duque de Caxias
e Baixada Fluminense

IPAHB

Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais
da Baixada Fluminense

PINBA / FEBF / UERJ

Programa Integrado de Pesquisas e Cooperação Técnica
na Baixada Fluminense

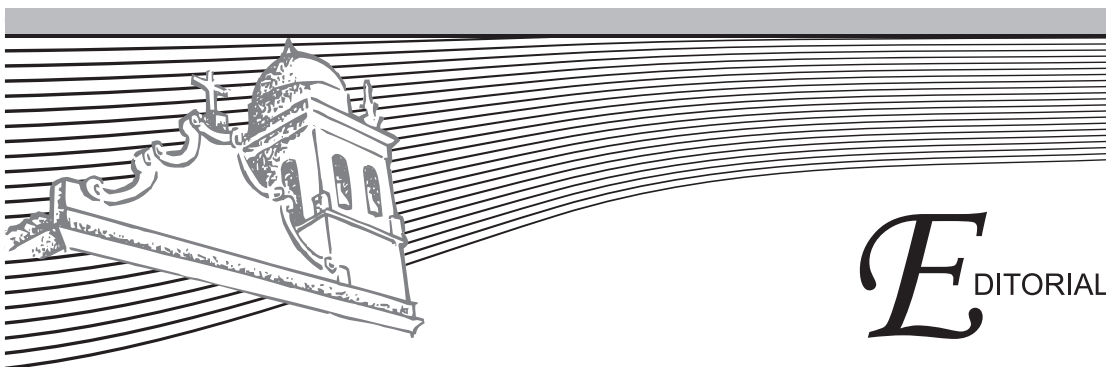
Fórum Cultural da Baixada Fluminense

Amigos do Patrimônio

De todos que participaram direta ou indiretamente
da produção deste trabalho e daqueles que se
empenham no difícil processo da permanente construção e
reconstrução da nossa história.

O Conselho Editorial está aberto ao recebimento
de artigos para possível publicação.

**As ideias e opiniões emitidas nos artigos e a revisão
destes são da responsabilidade dos autores.**



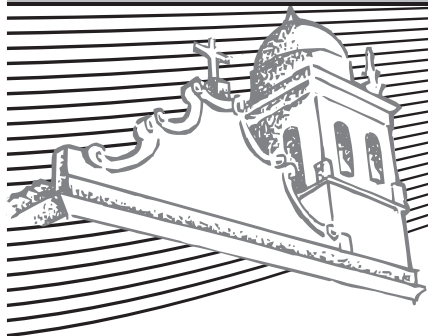
Mais uma vez, a Revista Pilares da História apresenta aos seus leitores um conjunto de textos sobre as temáticas locais e regionais, as quais se dispôs discutir. Ao longo desses anos, temos tido esse prazer de dialogar com vocês, com os autores e com as questões que se apresentam relevantes para a Baixada Fluminense e para os municípios que a compõem.

Neste número, edição especial do Ponto de Cultura Associação dos Amigos do Instituto Histórico, nove textos formam esse painel. Discussões que trafegam da Geografia para a Arqueologia e daí para a História e para a Memória, formando um rico mosaico de informações construídas com apuro e paixão.

Nós da Pilares e da ASAMIH, temos sido ricamente contemplados com o esforço desses autores que, ao longo dos anos, tem apresentado seus trabalhos em nossas páginas. E, acreditamos que nossa tarefa cultural e política ganha enorme densidade com essas parcerias exitosas. Afinal, o que defendemos é que o conhecimento deve ser uma ferramenta a serviço da crítica social e que a divulgação das potencialidades e problemas de nossa região pode aprofundar a luta pela construção de um lugar melhor para se viver. Ideais esses que os autores que aqui estão, com certeza, partilham.

Cabe a nós desejar, então, que os leitores tomem para si a tarefa de “saborear” essas análises e dar a elas um sentido de ação. Todas as nossas cidades e nossa população anseiam por um comportamento político mais denso, que nos permita avançar em relação aos nossos problemas. Cabe então refletirmos sobre essas responsabilidades.

Aproveitamos para agradecer a todos os colaboradores que nos ajudam a construir a Revista Pilares da História e a conduzir o bom andamento do Instituto Histórico. Sem vocês, a construção e condução desses projetos não seriam possíveis.



M ENSAGEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS

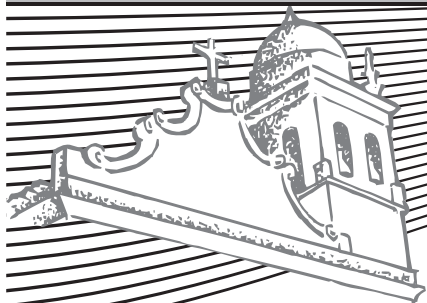
A Associação dos Amigos do Instituto Histórico foi criada com o objetivo de promover a participação da sociedade civil nas atividades do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, tarefa que vem cumprindo de maneira expressiva.

Como Ponto de Cultura, a Associação dos Amigos continua desenvolvendo ações que têm como objetivo primordial recuperar a memória e a identidade local e, por meio do Projeto “Tecendo as ações no presente. Construindo a cidadania do futuro”, vem desenvolvendo atividades que dão acesso à comunidade nas mais diversas linguagens culturais, colaborando na divulgação das variadas manifestações da cultura de nosso município e região da Baixada Fluminense.

A Revista Pilares da História tem sido um instrumento fundamental na divulgação de nossa rica memória histórica e cultural. Ao divulgar as pesquisas da comunidade acadêmica e de todos aqueles que se interessam por nossos processos históricos e culturais, esta publicação contribui para a proposta maior do projeto deste Ponto de Cultura: abrir caminhos para uma verdadeira transformação social, possível somente por meio da preservação de nossa identidade e divulgação da diversidade cultural de nossa região.

Parabéns e nossos agradecimentos à Associação dos Amigos do Instituto Histórico por sua parceria e apoio à promoção dos objetivos de nosso Instituto Histórico!

Eduardo Moreira da Silva



M

ENSAGEM DO PRESIDENTE
DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS
DO INSTITUTO HISTÓRICO

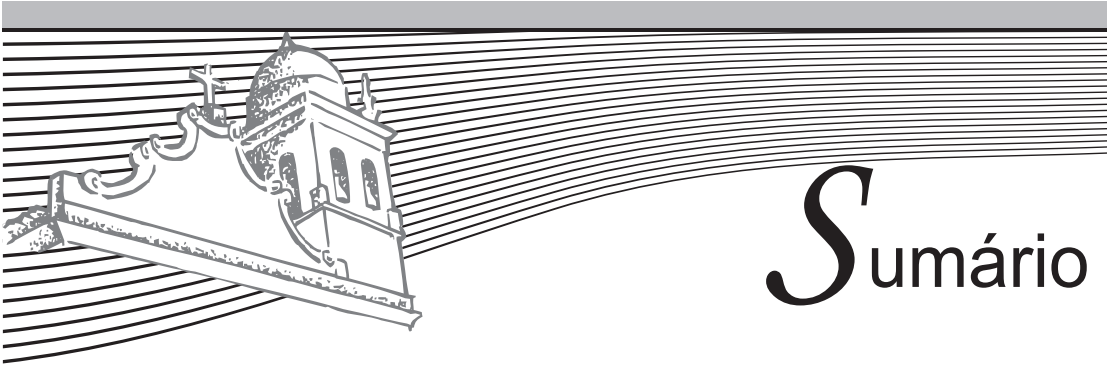
O principal bem de uma sociedade é a sua cultura, ou seja, todo o conjunto do fazer, pensar e sentir. Além de seu caráter erudito, tem também importante expressão social, através do que-fazer, do que-pensar e do que-sentir, enfim todas as manifestações de identidade dos grupos e matizes daquela sociedade em questão.

A nossa Associação dos Amigos do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, criada como organização de apoio ao desenvolvimento do pensamento e da cultura duquecaxiense, é uma ação que visa participar, acompanhar e apoiar as atividades do Instituto Histórico.

Como Ponto de Cultura, nossa Associação pode continuar cumprindo seus objetivos e o Projeto “Tecendo as ações no presente. Construindo a cidadania do futuro” contribui de maneira significativa para isso. Com a publicação de mais uma Edição Especial da Revista Pilares da História, esta permanece como uma ferramenta essencial para divulgar os trabalhos de todos os estudiosos que se interessam e lutam por nossa história e nossa memória cultural.

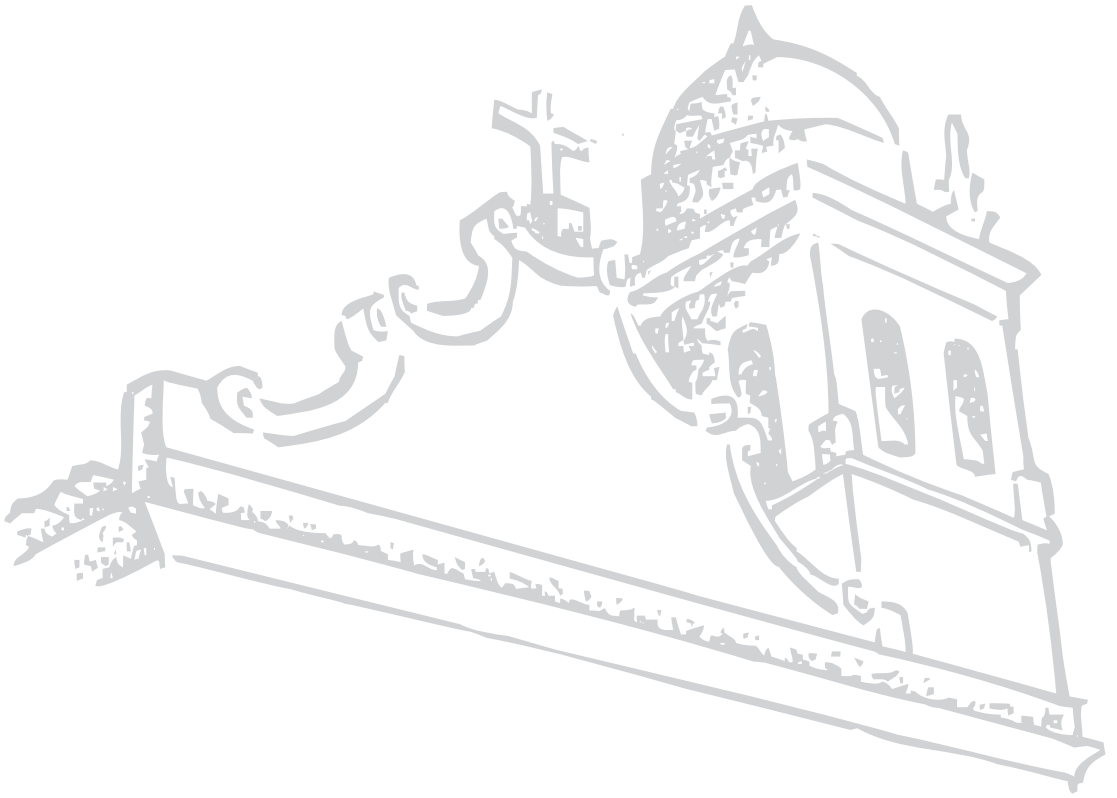
Sentimo-nos, mais uma vez, recompensados por colaborar na preservação da história do município de Duque de Caxias e da região da Baixada Fluminense e na divulgação de suas múltiplas identidades e valores culturais, agradecendo a todos que se empenham na reconstrução permanente de nossa história.

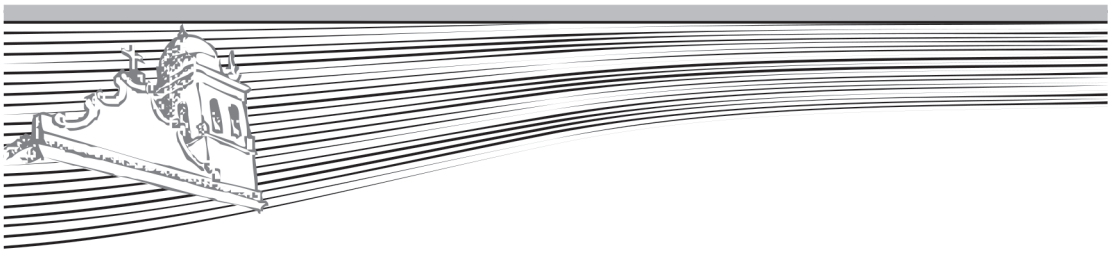
Paulo Christiano Mainhard



Sumário

A DESNATURALIZAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE: PRESSUPOSTOS E LEITURAS PARA ENTENDER A APROPRIAÇÃO TERRITORIAL André Santos da Rocha	13
REPRESSÃO E RESISTÊNCIA: TECELÕES DE MAGÉ NO MOVIMENTO OPERÁRIO DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1918-1919) Sergio Luiz Monteiro Mesquita	27
TV OLHO - UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO Rodrigo Dutra	33
A BAIXADA FLUMINENSE VISTA POR MEIO DOS ATLAS ESCOLARES MUNICIPAIS NO ENSINO BÁSICO Clézio dos Santos	41
CENTRO DE ATIVIDADES COMUNITÁRIAS: UM PROJETO, UM DIÁLOGO, UMA HISTÓRIA Icléa Lages de Melo	51
BONDES EM NILÓPOLIS Guilherme Peres	59
JARDIM PRIMAVERA – DO PASSADO AO PRESENTE UM BAIRRO DIFERENTE Magally Quintanilha	61
UMA INTRODUÇÃO A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL: ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO, ESTUDO DE CASO NA BAIXADA FLUMINENSE Jandira Neto	73
CAXIAS DE ANTIGAMENTE, PRIMEIRAS IMPRESSÕES Rogério Torres	87
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO INSTITUTO HISTÓRICO	93
CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS / 17ª LEGISLATURA	99





A DESNATURALIZAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE: PRESSUPOSTOS E LEITURAS PARA ENTENDER A APROPRIAÇÃO TERRITORIAL¹.

André Santos da Rocha²

Desconfiai do mais trivial, na aparência do singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: Nunca digam: Isso é natural!

(Bertolt Brecht)

O presente texto busca apresentar a desnaturalização como um importante passo na apreensão dos fenômenos sociais, que na maioria das vezes se mostra de difícil distinção, sobretudo, pela forte carga simbólica que é imbricada em sua construção. Reforço que, aquilo que se manifesta como uma representação “hegemônica” da Baixada Fluminense – aquela baseada na pobreza, miséria e violência social - é apenas uma das conotações pertencentes na contemporaneidade à esta área. Entendo que o caminho unilateral desta perspectiva pode ofuscar os jogos de poder nos diferentes campos (cultural, econômico e político), que têm como questão a apropriação territorial efetiva e/ou simbólica desta área. Neste sentido, reforça-se que a desnaturalização da Baixada é consonante com o entendimento de sua produção material enquanto parte da periferia urbana da metrópole fluminense e que sua representação varia ao sabor das intenções de agentes dos diferentes campos de poder. Por isso é importante a releitura da produção acadêmica que tratou de “representar” essa área e observar como os estudos clássicos (produzidas até os anos de 1960) retrataram uma Baixada marcada por uma natureza delimitadora.

É importante identificar que faço indicações ao longo da exposição de importantes referências de textos, teses e dissertações que, partir de seus referenciais de pesquisa, indicam a compreensão da Baixada como categoria social, e a partir de suas reflexões apontam caminhos para estudos contemporâneos nos diferentes campos das ciências humanas.

Por fim, exemplifico, um caminho de leitura ao indicar que a desnaturalização de ideia de Baixada, permite entender as atuais representações difundidas por agentes no campo econômico como estratégias de ratificar, por exemplo o “território da produção”, tomando como exemplo as representações da FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

¹ O presente texto é uma adaptação de algumas reflexões presentes em nossa tese de Doutorado, defendida em março de 2014 no âmbito do Programa de pós-graduação em Geografia da UFRJ. Aproveito para agradecer as contribuições da Banca examinadora - Alessandra Siqueira Barreto, Marcos Aurélio Saquet, Scott William Hoefle e William Ribeiro da Silva e também a minha orientadora Ana Maria Lima Daou.

² Doutor em Geografia pela UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto do Departamento de Geociências da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Coordenador do Laboratório de Geografia Política e Práticas Educativas – LAGEPPE. asrgeo@gmail.com.

A Desnaturalização da Baixada.

A desnaturalização envolve um procedimento metodológico importantíssimo no campo das ciências humanas. Preconiza a necessidade de revogar as condições que cristalizaram determinadas formas que se mostram em dimensões culturais, políticas, econômicas e espaciais. Edgardo Lander (2000) no texto “Ciências Sociais: Saberes Coloniais e Eurocêntricos”, indica a necessidade de um posicionamento onde exige-se das próprias bases e concepções das ciências, que cristalizam noções, formas e conteúdo. A Baixada Fluminense, entendida aqui como forma e conteúdo – território e representação-, também necessita ser revisitada e desnaturalizada. Pois os sentidos atribuídos a essa área convergem para uma geografia política própria, todavia, pouco visível diante de uma superposição de significados.

Por isso entendo que para compreender as tessituras de poder em torno da Baixada Fluminense, a postura de desnaturalização passa por um duplo passo: [a] ir para além do entendimento dos domínios naturais presentes em suas definições; e [b] ultrapassar a sua naturalização social pautada em sua representação hegemônica.

[a] ir para além do entendimento dos domínios naturais presentes em suas definições;

O primeiro propósito deve busca pensar a definição dos limites da Baixada Fluminense para além da orientação dos domínios naturais ou fisiográficos, em que a seus limites estariam alicerçados na altimetria, hidrografia e no clima. Ou seja, deixar de pensar a Baixada como um fato a ser identificado tal como o entendimento de uma “região natural”³

O entendimento da Baixada a partir das características fisiográfica foi recorrente nos trabalhos elaborados por Hildebrando de Góes (1934), Pedro Pinchas Geiger e Ruth Santos (1954) e Renato da Silveira Mendes (1948). Embora adotando modelos de delimitação a partir dos aspectos geomorfológicos os referidos autores fazem análises sistemáticas para compreender os processos que desencadeavam transformações espaciais. Pode ser mencionada a tese de Renato da Silveira Mendes (1948), intitulada “Paisagens Culturais da Baixada Fluminense” e o trabalho de Pedro Geiger & Ruth Santos (1954), por destacarem o papel da ocupação humana no intenso processo de transformação da paisagem litorânea fluminense. Todavia, atribuem um “limite ampliado” para a Baixada Fluminense, maior que o entendimento atual pressupõe pois a região fisiográfica se estende para além dos limites que circunscrevem a Baixada Fluminenses na acepção mais recente [ver figura 1].



Figura 1 – Imagem da formação da Baixada Fluminense sob a perspectiva geomorfológica.

Fonte Embrapa, adaptada pelo autor.

³ Isto remete a ideia das chamadas regiões naturais, onde a definição de uma região seria um dado da observação. Assim a região estaria visível diante do quadro da natureza. Ver (HAESBAERT, 2010)

Para os autores citados, a área da Baixada Fluminense iniciaria em Campos dos Goitacazes e se estenderia até o município de Mangaratiba. Nesses estudos era comum a regionalização desta grande baixada natural em quatro partes: Baixada de Campos, Baixada de Araruama, Baixada da Guanabara e Baixada de Sepetiba⁴.

É importante contextualizar elementos contidos nas obras produzidas sobre a Baixada Fluminense até os anos de 1960, e mostrar como esta área era caracterizada, delimitada e entendida. A saber:

[i] o entendimento da Baixada Fluminense partia prioritariamente de uma definição clara: os limites existentes entre a serra e o mar⁵- embora apresentem grandes contribuições aos estudos regionais fluminenses, tais obras ajudaram a cristalizar, em certo sentido, uma Baixada Fluminense calçada em dimensões e limites ambientais por tomarem, em sua maior parte, os limites naturais das bacias hidrográficas como bases do suporte territorial de suas análises. Isso pode ser identificado, na própria compartimentação desta Baixada, que subdividia-se em quatro áreas postas a partir de bacias de drenagem.

[ii] o enfoque sobre uma estrutura rural/agrária e sua fase de declínio – pode ser mencionado os trabalhos de Pedro Pinchas Geiger e Myriam Mesquita, Renato da Silveira Mendes e Mario Gryspam que se destacam nesta perspectiva. Esses trabalhos foram elaborados entre as décadas de 1940 e 1950 momentos em que ainda se percebia uma forte ligação da economia agrária em várias localidades desta Baixada Fluminense [ampliada naturalmente]. Alguns estudos elaborados neste período também direcionaram suas análises ao declínio da produção agrícola e sobre a explosão de loteamentos que chegaria a algumas áreas;

[iii] o saneamento ambiental como uma questão - Entre o final do século XIX e início do XX, abordagens e estudos sobre Baixada perpassava a uma concepção estruturante comum. Ao ser entendida como produto de uma formação geomorfológica, fruto natureza que deveriam ser vencidos, os estudos sobre a Baixada Fluminense estavam atrelados as políticas de intervenção territorial em torno do saneamento ambiental. Os estudos de intervenções no saneamento ambiental que datam do século XIX, incluíam também o combate às moléstias, inundações que assolariam vilas e freguesias da região⁶.

Se o estatuto da produção intelectual sobre a Baixada pôde, de alguma forma, estabelecer nexos relacionados à sua “naturalização” – quanto a correspondência de seus limites e forma -, do mesmo modo as intervenções na área do saneamento foram importantes políticas de significado que contribuíram para consolidá-la na pauta de ação dos governos. Os problemas relativos à sua “geografia” - área baixa e recortada por rios e potencializadas pelas chuvas -, acabaram incorporadas à temática do planejamento e do saneamento ambiental, cooperaram na consolidação de uma representação singular.

A criação dos projetos de intervenção na Baixada da Guanabara havia sido prevista antes da década de 1930 – período de instalação da “Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, vinculada ao ministério de Viação e Obras Públicas”⁷. Antes mesmo dos relatórios orientados pelo engenheiro Hildebrando de Góes que estava à frente da referida diretoria; as informações contidas no Relatório do Ministério de Viação e Obras Públicas de 1911 (p.476) já apontavam a necessidade de dragagem e ampliações e limpeza de canais e cursos de rios na *baixada do Rio de Janeiro*. Assim, os projetos em torno do saneamento ambiental constituídos no primeiro quarto do século XX, também ajudaram a

⁴ (SILVERA MENDES, 1948; GEIGER,1952; GEIGER e SANTOS, 1956; GOES, 1938). Esses e outros autores também foram identificados por Rafael da Silva Oliveira (2005) em “Baixada Fluminense: estudos e desafios”.

⁵ Recomendo ver a obra “O Homem e a Guanabara” (LAMEGO, 1948).

⁶ (FADEL, 2006; SOUZA, 2006)

⁷ (FADEL, 2010, p.7)

delinear “limites discursivos e práticos” para a Baixada e as intervenções propostas, ao privilegiar a subárea conhecida como Baixada da Guanabara, fomentaram a “contração da extensão” do que se chama de Baixada Fluminense, de modo que gradativamente este termo passou a ser relacionado à esta subárea, a *Baixada do Rio de Janeiro*, que é igualmente a Baixada da Guanabara. É importante destacar que hoje a percepção desta passagem é mais nítida e há pesquisas que relacionam essa “mudança de nomenclatura”, tal como o texto de Lucia Helena Pereira Silva que traz uma perspectiva pertinente ao pensar a História a partir de Leitura territorial. Assim ela que mostra:

(...)o próprio processo histórico os sentidos dos vários termos utilizados para designar o pedaço de chão que atualmente é denominado de Baixada Fluminense. Sinteticamente, Recôncavo da Guanabara era o território adjacente à cidade do Rio, ocupando uma posição de complementaridade, a de Grande Iguaçu com suas duas dinâmicas, era visto como alteridade em relação à cidade, mas intrinsecamente ligada a ela, e a Baixada da Guanabara como espaço subalterno (lugar de doença e degradação ambiental) na primeira República⁸.

Assim, tanto as mudanças de nomenclaturas, quanto a incorporação a célula urbana do Rio de Janeiro⁹ quanto os projetos de saneamentos nesta área, fez da Baixada da Guanabara uma Sinédoque geográfica¹⁰, ao passo que passou a representar “toda a Baixada Fluminense” dada a importância das intervenções feitas ali, é desse modo que há um Rupto ideológico da noção de Baixada Fluminense¹¹

É oportuno destacar que as práticas das intervenções se revelam como bases materiais que sustentam a representação das inundações na Baixada Fluminense que, como assevero, cooperou para a concepção do “encolhimento territorial dos limites desta Baixada de contornos geomorfológicos à Baixada da Guanabara”. Assim esse território é construído tanto de bases materiais quanto imateriais¹²

Para exemplificar isto, uma reportagem de *jornal O Imparcial* de 1946¹³ destaca notadamente as transformações na Baixada Fluminense, todavia descrevendo as imediações da Baixada da Guanabara.

As intervenções destacadas na referida reportagem, mostra uma representação aonde a intervenção no campo do saneamento viria revelar um “lindo Panorama”, tanto no que tange a vitória do homem sobre as condições ambientais, como na eficácia do poder público e constituir ações em prol do progresso.

A Baixada da Guanabara passa ser denominada como uma condição mais ampla [a Baixada Fluminense] antes “o charco, de cor escura e lamacenta” se tornaria uma espacialidade legítima, onde as

⁸ (SILVA, 2013, p.59)

⁹ (SOARES,1962)

¹⁰ O termo sinédoque vem do grego *synedoché*, que significa compreensão. É entendida como uma figura de linguagem que traz a noção da explicação da parte pelo todo, ou de referência de uma ação de grande importância, que representaria uma proporção maior. A sinédoque geográfica é empregada aqui em alusão a mudança no nome empregado para designar a Baixada da Guanabara, onde usualmente se torna a Baixada Fluminense. Tendo o sentido do que ocorre numa dada área corresponde ao trecho maior.

¹¹ A noção do Rupto ideológico refere-se a uma mudança muito brusca ou rápida que ocorrem com as palavras. Isto faz parte do processo de construção social onde há adaptações de termos para designar algo muito específico que por vezes se distancia de seu sentido original, tal como ocorre a noção de subúrbio no Rio de Janeiro. Neste sentido sugiro a leitura do livro “O Rupto Ideológico da categoria de Subúrbio” (2013) de Nelson da Nobrega Fernandes.

¹² Tal perspectiva teórica implica análise relacional por isso sugiro ver (ROCHA, 2014; RAFFESTIN, 1993, SAQUET, 2011).

¹³ Fonte: O Imparcial, Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1946. (p.2). Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>

intervenções e projetos se fazem pertinentes, tanto pelas demandas territoriais que constituiriam a passagem do século XIX para o século XX quanto pelo estatuto político das intervenções nessa área, que sedimentaria essa “Baixada” no plano das políticas territoriais, estaduais e federais que viriam a auxiliar a “naturalização regional da Baixada”. No presente, as propostas de intervenção territorial que vem promovendo uma “nova” Baixada tem com ponto fulcral as políticas de saneamento. Desde os Anos de 1990, em diferentes governos, as propostas de dragagens de rios acompanhadas de políticas de minimização de inundações e enchentes se tornaria verdadeiras políticas territoriais de grande significado político.

[b] ultrapassar a sua naturalização social pautada em sua representação hegemônica – ver a baixada Como uma Categoria Social e Espacial.

O segundo sentido da desnaturalização, que é complementar a primeira, direciona-nos a entender a Baixada para além de sua representação hegemônica e das categorias que a cercam. Exige-se interpretá-la como categoria social imbuída de conflito. Pensar seus sentidos e sua produção, é refletir uma trama de negociação¹⁴ onde a representação hegemônica de violência e miséria social é apenas uma das muitas representações e sentidos construídos sobre a Baixada. E também as categorias geográficas que são comumente relacionadas a ela.

Neste sentido, concordo com Ana Lucia Enne que afirma que:

É preciso desnaturalizar as ideias de região, território, lugar e espaço, que comumente aparecem relacionadas com a Baixada Fluminense, para perceber como através de fluxos constantes esses conceitos vêm sendo apropriados e reconstruídos¹⁵.

Embora a autora apresente no corpo de sua tese uma revisão da história destes conceitos, inclusive resgatando produções recentes no campo da geografia, as análises contidas em sua tese¹⁶ como também no artigo mais recente estão centradas na categoria de lugar, entendida como “a concepção fundamental a ser pensada”¹⁷. Outrossim, a autora traz uma importante contribuição para repensar como o uso dos termos de categoria espaciais estão anexadas como suportes de legitimidade nos discursos e que, por vezes, permitem observar as tessituras sociais e de poder que se projetam no campo social.

Assim, para Enne visitar e desnaturalizar esses conceitos se traveste em entender a Baixada como uma categoria social. Contudo, entendo que essa Baixada se prefigura também como uma categoria espacial. Sendo observado no *locus* central dos agentes de poder¹⁸, como uma representação ideal de um território. Os Sentidos devem ser entendidos para além de uma “uni-vocalidade”, posta em sua representação hegemônica. Pois ela é “multivocal e conflitante, *locus* nítido de relação de apropriação do significado e evocação de um poder de fala”.¹⁹

A ideia de que a Baixada é uma “entidade” que assombra o imaginário social fluminense, conhecida e reconhecida pelos que vivem na metrópole fluminense, e que por isso é dada como um fato inquestionável, submerso apenas como um espaço periférico e desestruturado, local de moradia para

¹⁴ (CERTEAU, 2009).

¹⁵ (ENNE, 2013, p.15)

¹⁶ (ENNE, 2002)

¹⁷ (ENNE, 2013, p.14)

¹⁸ Evidenciei no corpo central de nossos estudos que agentes do campo político e do campo econômico difundem diferentes representações para a Baixada como instrumento legitimador de sua apropriação de “*territórios do voto*” – para o campo político –, e de “*território de produção e consumo*” – para agentes do campo econômico.

¹⁹ (ENNE, p.15)

pessoas de baixa renda, reifica sua existência. Ela se “cristalizou”, porém deve ser problematizado, pois se esconde, por vezes, numa uni-vocalidade.

A Baixada como “fato”, está centrada em sua escala espacial de domínios naturais, mas também sociais e econômicos e necessita ser pensada como um “artifício e artefato” que resgate uma noção estratégica que permita descortinar as tessituras de poder²⁰, que permitem discutir os “*territórios de produção e consumo*”, bem como de “*territórios eleitorais*”. Por isso a Baixada deve ser entendida como uma categoria social que tenciona dimensões territoriais, políticas e sociais.

Afortunadamente, alguns trabalhos no campo das ciências sociais que emergem após os anos de 1990 têm promovido o entendimento pormenorizado sobre a Baixada, ao entendê-la como uma categoria social.

A tese de José Claudio Alves (1998), tese grande repercussão no campo acadêmico sobre a Baixada, por trazer no cerne de sua discussão a temática da violência na estruturação da própria Baixada. Fortemente influenciado por geógrafos como Mike Davis, em textos posteriores²¹ ele vai apontar que a condição de periferia metropolitana somada a práticas grupos locais potencializaram o estigma de violência, que na maioria dos casos foi um importante elemento definidor de seus limites espaciais. Desse modo, o referido autor em seu trabalho desnaturaliza a Baixada, ao entende-la como *locus* de apropriação a partir da prática da violência e não como a própria violência.²² Os sentidos da violência se tornaram adjetivos e são delimitadores de sua espacialidade – presente no senso comum. Como exemplo disto, indico um famoso trecho do “livro-tese” de José Claudio Souza Alves:

“Quando no dia 30 de agosto de 1993, a favela de Vigário Geral expunha ao mundo os 21 mortos da maior chacina cometida pela Polícia Militar no Rio de Janeiro, uma deputada federal lamentou, no rádio, a tragédia ocorrida naquela favela da ‘Baixada Fluminense’ (sic!). Assim, o bairro, que na verdade pertence ao subúrbio carioca, foi incorporado à Baixada”²³.

O tema da violência é recorrente e por sua vez esconde os miúdos detalhes da estruturação da Baixada, que afirmo se tratar de uma combinação da construção do território e de sua representação.

Por isso a tese de Ana Lucia Enne (2002) revela um importante avanço. Enne classificou a Baixada como *uma categoria polissêmica*, onde sua construção é aberta a novas interpretações, que deve ser entendida mediante as posturas e intenções do enunciador. Para a referida autora a “polissemia estaria ligada ao deslocamento, a ruptura dos processos de significação”²⁴ onde são possíveis muitos significados em torno da expressão Baixada. A autora pensa a construção de sua tese em torno da imagem que a mídia construiu sobre a Baixada e no estatuto da memória e das redes sociais como objeto central – que inclusive passa pelos produtores de discurso sobre a história. É importante frisar que a referida tese é um marco, à medida que apresenta uma (des) naturalização da Baixada, buscando pensá-la como um constructo social. Embora a tese se mostre importante nos estudos sobre Baixada, a autora

²⁰ O jogo de traduzir a ideia de “fato” para “artifício” e “artefato” no contexto da Baixada remete-se uma analogia a proposta de Haesbaert (2010) de trazer como categorias operativas àquelas centradas numa escala regional – aqui resgatada por sua dimensão espacial nítida. O prefixo “arte” das palavras artifício e artefato “vem do latim *ars* que significa talento, saber e fazer” (HAESBAERT, *ibidem*, p.111). O prefixo em questão propõe pensar a palavra “artefato” como produto social, “o que é feito com arte”, que se produz a partir de algo.

²¹ (ALVES, 1999)

²² Destaca-se ainda a importância da obra de José Claudio Alves, o fato de ser atualmente o autor mais citado em escritos sobre a Baixada Fluminense, mesmo que o trabalho não trate diretamente da violência e da Baixada Fluminense “como um todo”.

²³ (ALVES, 2003, p.15)

²⁴ (ENNE, 2002, p.31)

não privilegiou as dinâmicas políticas e econômicas em curso, deixando uma lacuna na reflexão desta polissemia que se abre após os anos de 1990.

Neste mesmo direcionamento, a tese de Alessandra Siqueira Barreto (2006) também se constitui como uma importante referência. Ao buscar entender as faces e as fases da Política na Baixada, rascunha a questão espacial da região, contudo seu trabalho reporta-se a entender como as personalidades políticas moldariam este espaço aos seus sabores e intenções.

A autora analisa a trajetória política de três personagens da Baixada (Jorge Gama, Lindberg Farias e José Camilo dos Santos – o Zito) traduzindo as tessituras e discursos de suas práticas políticas. Contudo, a referida autora não explora as questões de cunho territorial na Baixada, que são frutos dos sentidos políticos. No entanto, isso pode ser entendido na medida em que uma pesquisa necessita manter seus cortes espaciais, temporais e temáticos.

No caso do referido trabalho, autora avança na abordagem temática ao pensar o discurso da política como uma voz desta polivalidade que (re) produz a Baixada. Esse avanço ocorre porque Alessandra Barreto provoca empiricamente a proposta de Ana Lucia Enne de uma polissemia, atribuindo ao campo da política a visibilidade das interpretações sobre a Baixada que, inclusive, alimenta ou alimentou as notícias jornalísticas que construíram a imagem de violência na Baixada já comentada por Alves (2003).

Em um artigo, Barreto é categórica em afirmar que “o campo da política na Baixada Fluminense não pode, de modo algum, ser entendido à parte das representações sobre o lugar”²⁵. Para a referida autora, os discursos de políticos locais, de certo modo, produzem e reinventam uma Baixada que é plataforma de práticas e representações, desenhada nos períodos eleitorais entre “festas” e “guerras” (BARRETO, 2007).

As duas últimas teses citadas são consonantes no sentido de pensar a Baixada como categoria social, deixando de pensá-la como *fato*. Ao mesmo tempo que as leituras destas teses indicam caminhos de pesquisas, elas deixam lacunas por não explorar a relação dialética entre o material e o imaterial na construção territorial desta Baixada.

No que tange a uma abordagem recente sobre as práticas materiais na Baixada, ganha destaque a contribuição da tese doutorado em geografia de Manoel Ricardo Simões (2006), em que defende a construção da Baixada a partir da produção do espaço dando ênfase as emancipações municipais e busca definir a mesma a partir de uma história político-territorial. A contribuição do autor é importante, uma vez que encaminha algumas questões sobre a representatividade política que esses municípios ganham após 1990. Porém, o referido autor não aponta o papel das instituições e organizações da produção e reprodução desta Baixada, bem como do estatuto de sua representação na composição territorial. Todavia, entendo que as leituras de Simões (2006) e Alessandra Barreto (2006) abrem uma indicação interessante de pesquisa, que podem ser ainda descortinadas: a saber: pensar as redes políticas territoriais na Baixada; análise da expressão espacial do voto, e a espacialidade regional das políticas públicas.

Pensando uma via de pesquisa sobre identifiquei uma lacuna – a dialógica entre materialidade e imaterialidade na produção territorial da Baixada, que cabe mencionar minha trilha de pesquisa. Tanto na dissertação de mestrado²⁶ quanto na tese de doutorado²⁷ tentei aproximar essa questão para compreensão desta área.

Na dissertação busquei entender como as representações influenciavam no número de municípios que iriam compor a Baixada Fluminense e como se estabelecia uma **geopolítica da inclusão – exclusão** em torno da representação hegemônica da Baixada, que se vincula ao redor da violência e

²⁵ (BARRETO, 2009, p.19)

²⁶ (ROCHA, 2009)

²⁷ (ROCHA, 2014)

da pobreza. No referido trabalho, me limitei a pensar apenas os embates sobre a composição territorial, não discutindo as dinâmicas econômicas e políticas em curso que desenham projetos de poder sobre essa área. Onde a Baixada se torna artefato, um “dispositivo” de representação territorial de poder. Na Tese de doutorado, que é intitulada “As representações ideais de um território: Dinâmica econômica e política, agentes e a produção de novos sentidos na apropriação territorial da Baixada Fluminense pós-1990”, procurei tentar entender exatamente como esta Baixada operava como estratégia na garantia de territórios tanto por parte de agentes no campo político quanto no campo econômico, que foi possível diante de uma desnaturalização da própria noção de Baixada.

Assim, sabendo das limitações de uma exposição de artigo, procurarei apresentar como o caminho da desnaturalização me permitiu entender as estratégias na construção de territórios da produção e do consumo por parte de agentes no campo econômico – que passa pela produção de representações para a Baixada. Devido também a complexidade do campo econômico, farei aqui breves indicações a partir papel da FIRJAN- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

O que a desnaturalização da Baixada Permite ver? – “Os territórios da produção” da FIRJAN.

Ao passo que a Desnaturalização da Baixada indica que ela é uma categoria social e espacial é inexorável compreendê-la como engendrada no processo histórico da metrópole fluminense e nos diferentes campos de poder. Assim, é possível trilhar caminhos investigativos que permitam entender, por exemplo, as estratégias de apropriação territorial nesta área. Neste sentido, exemplificarei como uma instituição – FIRJAN - pode legitimar a apropriação de territórios em diferentes municípios com base nas novas representações com matriz no “desenvolvimento e no progresso”. Todavia, é necessário apresentar minimamente esta instituição.

A FIRJAN é uma entidade que “representa” os interesses diretos do capital industrial que, na realidade contemporânea da Baixada Fluminense, agregaria tanto o empresariado local quanto o capital produtivo externo - os “novos” investimentos na região. Destaco aqui, que a FIRJAN, atua no formato de organização que acopla outras entidades aliadas que se relacionam ao setor industrial, formando, assim, o chamado “Sistema FIRJAN” que:

“é constituído pela FIRJAN ,CIRJ, SESI, SENAI e IEL, é uma organização privada prestadora de serviços, cuja missão é promover a competitividade empresarial, a educação e a qualidade de vida do trabalhador e da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do estado do Rio de Janeiro”²⁸

Cada entidade que compõem o Sistema FIRJAN, possui uma atuação específica, mas que se aglutinam em ações coordenadas, em atividades que inserem desde a assessoria jurídica até a formação e qualificação profissional. De forma geral, esse sistema, atua conjuntamente na formação, desenvolvimento técnico e assessoria jurídica e comercial das empresas que são conveniadas à FIRJAN, que atualmente totalizam 9.805 empresas.

A FIRJAN subdivide-se em unidades regionais, onde propõe seu planejamento regional específico, todavia integrado a dimensão do Estado do Rio de Janeiro. Segundo a Gerente Regional da Representação Regional na Baixada Fluminense I, “as Representações Regionais da FIRJAN foram criadas com as atribuições de estender as ações do SISTEMA FIRJAN para os 91 municípios fora dos limites da capital”.

²⁸ Informação cedida por telefone e e-mail por Elizabeth Bispo dos Santos Alves que é Gerente Regional da Representação Regional na Baixada Fluminense - Área I – FIRJAN. (06/06/2013)

A FIRJAN e de seu “Sistema” na Baixada Fluminense se justifica em sua capacidade enquanto agente de produzir informações, que constituem como representações que enquadrariam “novos rumos econômicos” para esta área. Um primeiro ponto que posso destacar sobre sua atuação na questão territorial da Baixada Fluminense é o fato desta representar uma composição territorial “mais alongada”, inserindo municípios distintos do que aparecem comumente. São eles: Paty de alferes, Mendes, Miguel Pereira e Mangaratiba. [Figura 2]

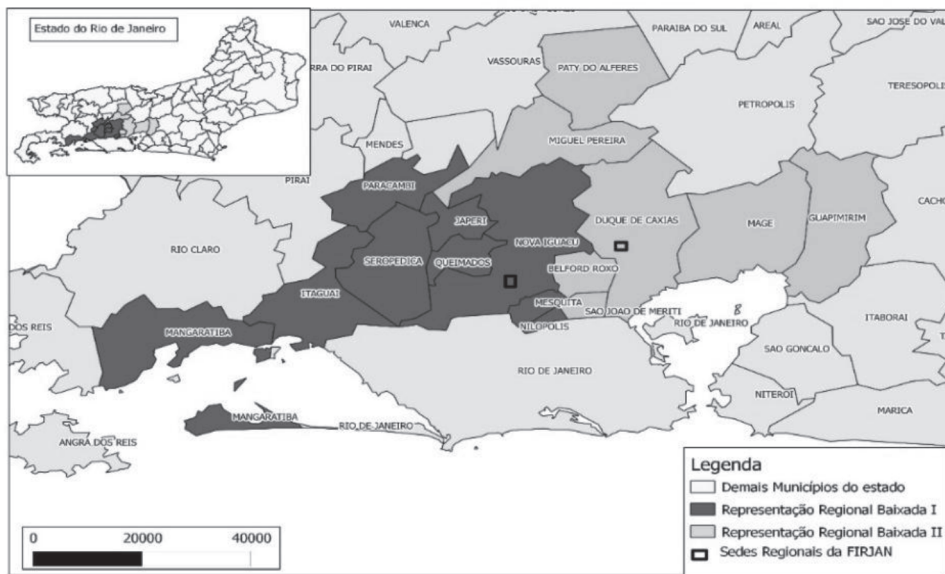


Figura 2 – Mapa da representação territorial da Baixada a partir da abrangência de ação das Regionais da FIRJAN.

Fonte Firjan. (Elaborado pelo Autor)

Ao representar os limites de ação na Baixada, a FIRJAN afirma sua “representação ideal do território” que está carregado de sentidos envolvidos em nucleações do “progresso e do desenvolvimento”. Essa viabilizaria suas estratégias de apropriação efetiva do território de interesse direto do capital industrial atuante nesta área. A representação já é uma forma de pensar o território ideal. Os limites e sentidos são construídos numa geografia política clara, onde o desenvolvimento se torna a “justificativa” para a apropriação territorial da Baixada.

Os “novos sentidos do progresso” para a Baixada aparecem já em 2007 num dos estudos realizados pela FIRJAN - Sondagem Econômica, relativo ao primeiro trimestre do referido ano. Neste a Baixada é apresentada como a área com maior crescimento na produção industrial no Estado do Rio de Janeiro. A difusão de representações em torno do “progresso”, na tentativa de barganhar novas formas de apropriação do território, busca descredenciar a representação hegemônica, Isto foi notório nas observações de campo, feitas durante os eventos realizados pela FIRJAN. A representação dita hegemônica era esvaziada, a fim de dar lugar a novos “ares” de progresso e desenvolvimento²⁹.

²⁹Evento que foi intitulado “Visões de Futuro: Potencialidades e Desafios da Baixada Fluminense” realizado em 12 de agosto de 2011 e outro 30 de outubro do mesmo ano, respectivamente nas sedes da FIRJAN de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, da qual participei como observador.

Assim, é importante analisar como a FIRJAN, enquanto entidade, que representa o capital empresarial, justifica suas projeções e sentidos para o desenvolvimento econômico da Baixada, e mais, como isto está diretamente relacionado a um ajustamento das normas do território. Leia-se aqui o ajustamento como a intervenção direta na obrigatoriedade da revisão de planos diretores, zoneamento urbano e outros documentos legais que incidem sobre o ordenamento territorial dos municípios.

Por isso, indico que, além das “Sondagens Econômicas” – que correspondem a estudos sobre indicadores econômicos, por trimestre, a apresentação das interpretações destes dados; e estudos como o “Decisão Rio”³⁰, que analisou os indicadores de investimento e dinâmicas para o Estado do Rio de Janeiro -, os eventos regionais destinados a empresários e governantes locais na Baixada como importantes meios de difusão das representações pela FIRJAN. Destaca-se que esses eventos, nos quais são produzidas apresentações direcionadas, tomam-se importantes fontes de entendimento de como a FIRJAN indica representações ideais para a Baixada. No evento “Visões de Futuro: Potencialidades e Desafios da Baixada Fluminense” realizado nos espaços físicos das sedes regionais da FIRJAN (Nova Iguaçu e Duque de Caxias), pude entender como se constrói os sentidos das representações, sempre tentando conciliar as ações com agentes do campo político - isto se dá pelo fato de serem àqueles os responsáveis por executar o ordenamento territorial em seus municípios.

O enredo que marcou os eventos “visões de futuro” tratou de expor as demandas do capital produtivo para a Baixada. Destacando-se as potencialidades e usos “territoriais”. O sentido do progresso se justificava diante dos fluxos de investimento para região, onde se desenharia nitidamente uma “geografia da indústria associada à dinâmica química-petrolífera”, que seria possível diante de uma adequação das estruturas já existentes (áreas industriais com a REDUC) associadas em torno do potencial logístico e produtivo que se desenha atualmente diante da construção do Arco metropolitano, investimento oriundo da exploração do Pré-Sal com instalação da base da Petrobrás em Itaguaí, e investimentos do COMPERJ.

O capital Industrial tem nitidamente, a partir da FIRJAN, projetado seu “formato” ideal de uma Baixada Fluminense. Questão que fica clara na fala de Flávio Abreu, presidente da representação regional FIRJAN/CIERJ na Baixada II, quando reitera a importância dos eventos organizados pela entidade, ao afirmar que: “Foi uma Oportunidade para a indústria apresentar suas demandas e formatar propostas para desenvolver a Baixada Fluminense” (*Grifo nosso*)

Formatar a Baixada Fluminense, indica ao mesmo tempo uma norma para o território quanto uma nova imagem. Ao usar mapas para demonstrar o desenvolvimento da região a instituição demarca e delimita o território, sistematiza as informações no formato que garante ao capital industrial a legitimidade na apropriação da Baixada. Lembro ainda, conforme indica David Harvey (2006), que as dinâmicas logísticas desempenham um papel fundamental da dinamização e desenvolvimento territorial, por isso que parte do fundamento da FIRJAN para a Baixada reside em seu potencial logístico que reduziria custos em até 20% em alguns municípios. Na arte de representar, enquanto agente no campo econômico, a FIRJAN justifica a intervenção da Baixada a partir desta correspondência material, associadas a intervenção do Arco Metropolitano, que viabilizaria potencializar “novos usos do território.” [ver figura 3].

³⁰ Decisão Rio corresponde a um documento que apresenta informações concernentes aos investimentos no Estado do Rio de Janeiro que envolve: grandes obras de infraestrutura por parte do Estado; os grandes investimentos do capital produtivo privado; e investimentos relativos aos grandes eventos esportivos no estado do Rio. Este documento está disponível em: <http://www.firjan.org.br/decisaoport/>.



Figura 3– Imagem difundida pela FIRJAN apontando terrenos vazios em torno do arco metropolitano com destaques para municípios da Baixada.

Fonte: FIRJAN, 2011 (p. 6)

Essa figura corresponde a uma visão geral com destaque (embranquecida com indicações dos limites municipais) para área de intervenção da Firjan – Baixada I. Essa representação, que também foi utilizada no evento “visões de futuro”, além de atribuir um maior destaque a porção da Baixada I, traz um emblema significativo no Mapa: a menção “Grande Quantidade de Terrenos Vazios Disponíveis”. Este dizer serve como uma estratégia de esvaziar qualquer demanda de ocupação (trabalhadores, áreas de moradia, usos ecológicos, etc) nestas áreas que são “delimitadas” por um tracejado branco. O “tracejado” serve como um código de delimitação, indicando a “área vazia”. Isso delimita! E conforme destaque aqui isto é uma maneira de circunscrever territórios e de apropriá-lo.

Em termos propositivos ao sistema de ocupação das “áreas vazias” destacadas pela FIRJAN em suas representações, estão inclusas a preparação do território com estruturas técnicas que viabilizariam a chegada de novas instalações industriais. Seja através de condomínios logísticos de estocagem e produção, seja ampliação de antigos parques ou áreas industriais. Esta questão já é possível visualizar ao longo do trajeto da rodovia BR116, no trecho entre Belford Roxo e Queimados.

A representação de desenvolvimento de progresso que se desenha para a Baixada não é apenas mais uma representação ingênua, ela serve como forma de indicar a apropriação e a produção territorial. Por isso, ao desnaturalizar a noção da Baixada é possível ver para além de sua representação de pobreza, e perceber que não há representações destituídas de intencionalidade.

Referências Bibliográficas

ALVES, José Claudio. **Dos barões ao Extermínio**: uma história de violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH CLIO, 2003.

_____. **Baixada Fluminense**: A violência na Construção de uma Periferia. Revista Ciências Humanas – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. V.19/21, n01-2, p. 11-20, Jan-dez, 1999.

_____. **Baixada Fluminense**: a violência na construção do Poder. Programa de Pós-Graduação em Sociologia/USP (Tese de Doutorado), 1998.

BARRETO, Alessandra Siqueira. **Cartografia Política: as faces e fases da política na Baixada Fluminense**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ (Tese de Doutorado), 2006.

_____. Notícias de uma Guerra: estratégias, ameaças e orações. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre. Ano 13, n.27, p.183-212, jan-jun. 2007.

_____. Nas margens da política: trajetória, narrativa e mediação na Baixada Fluminense(RJ/Brasil). **Cadernos de Pesquisa CDHIS** (UFU). Ano 22, n.40, p.17-32, 1ªsem. 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

ENNE, Ana Lúcia Silva. **Lugar, meu amigo, é minha Baixada**": Memória, representações sociais e identidades. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UF RJ (Tese de Doutorado), 2002.

_____. A "redescoberta" da Baixada Fluminense: Reflexões sobre as construções narrativas midiáticas e as concepções acerca de um território físico e simbólico. **Pragmatizes – Revista Latino Americana de estudos em Cultura**, ano 3, nº 4, p. 6-27, março 2013.

FADEL, Simone. **Meio ambiente, saneamento e Engenharia no período do Império à Primeira República**: Fábio Hostílio de Moraes Rego e a Comissão federal de Saneamento da Baixada (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História Social, 2006. P.216.

GEIGER, Pedro, P. **Loteamento na Baixada da Guanabara**. Rio de Janeiro: IBGE, 1952

GEIGER, Pedro P. & MESQUITA, Myriam G.C. **Estudos rurais da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

GEIGER, Pedro, P.& SANTOS, Ruth L. "Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense". In: **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XVI, n.º 03, julho- setembro de 1954. pp.291-313.

GÓES, Hildebrando de Araújo. **Relatório Apresentado pelo Engenheiro Chefe da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Ministério de Viação e Obras, 1934.

HARVEY, David. **A produção Capitalista do Espaço**. 2ª Ed. Annablume: São Paulo, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Regional – Global - Dilemas da região e da regionalização na Geografia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a Restinga**. Rio de Janeiro, 1946.

Lander, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. *Edgardo Lander (org)*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.21-53.

MENDES, Renato da Silveira. **Paisagens culturais da Baixada Fluminense**. São Paulo. Programa de Pós-graduação em Geografia FFLCH/USP (Tese de Doutorado), 1948.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993

ROCHA, André Santos. **Baixada Fluminense: representações espaciais e disputas de legitimidades na composição territorial municipal**. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFF (Dissertação de Mestrado), 2009.

_____. **As representações ideais de um território**" - Dinâmica econômica e política, agentes e a produção de novos sentidos na apropriação territorial da Baixada Fluminense pós 1990. Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. (Tese de Doutorado), 2014.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional viltada para cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: outras expressões, 2011.

SILVA, Lucia Helena Pereira. De Recôncavo da Guanabara a Baixada Fluminense: leitura de um território pela história. **Recôncavo Revista de História da UNIABEU**, v. 3, p. 47-63, 2013.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **A cidade Estilhaçada** – reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Geografia UFF. (tese de doutorado), 2006.

SOARES, Maria Teresinha de Segada. "Nova Iguçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, vol2, n24, 1962.

SOUZA, Marlúcia Santos de. Impacto das Políticas Agrárias e de Saneamento na Baixada Fluminense. **Revista Pilares da História**. Ano 4, nº 6, p. 17-35, abril de 2006.

Documentos Analisados

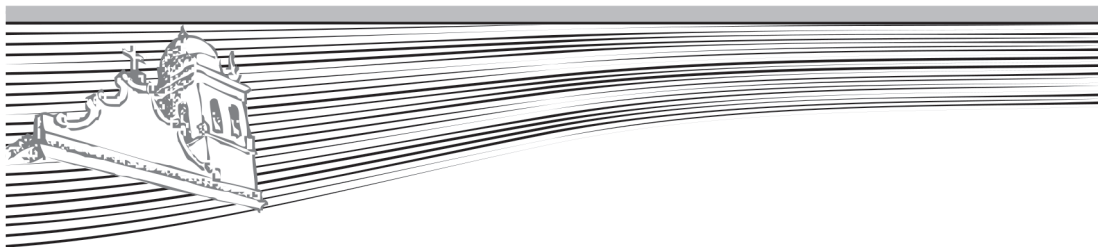
Avaliação dos impactos logísticos e socioeconômicos da implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. FIRJAN, 2008.

Nota Técnica – Diretoria de desenvolvimento econômico / Gerência de estudos de Pesquisa. FIRJAN nº. 14, 5 de agosto, 2009.

PRADO, Cristiano. Apresentação “Visões de futuro” – Potencialidades e Desafios da região da Baixada Fluminense Área I. FIRJAN, 2011. (slide disponível em www.firjan.org.br)

Visões de Futuro: Potencialidades e Desafios para o Estado do Rio de Janeiro – Baixada Fluminense – Área I, FIRJAN, Setembro de 2012.

Visões de Futuro: Potencialidades e Desafios para o Estado do Rio de Janeiro – Baixada Fluminense – Área II, FIRJAN, Setembro de 2012.



REPRESSÃO E RESISTÊNCIA: TECELÕES DE MAGÉ NO MOVIMENTO OPERÁRIO DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1918-1919)

Sergio Luiz Monteiro Mesquita¹

Trazemos, neste artigo, algumas informações que se remetem a um texto anterior, também publicado nesta Revista, a respeito da atividade sindicalista de trabalhadores em fição e tecelagem das fábricas do município de Magé, atividade esta ligada estreitamente ao intenso movimento operário das primeiras décadas do século passado no Brasil, sob a Primeira República. Com essas informações, procuramos contribuir para a abordagem do grau de inserção da Baixada Fluminense nas lutas sociais da época.

No período em questão, vivia-se a mudança das estruturas em que se assentava o trabalho no Brasil, com a remoção recente do trabalho escravo e o desenvolvimento do trabalho livre-assalariado. O segmento dos trabalhadores industriais surgia no país e os seus integrantes mais ativos politicamente movimentavam-se contra as condições de vida e de trabalho vigentes, buscando melhorias em tais condições. Essa gama de esforços pela defesa dos interesses do operariado, nas suas vertentes mais radicais, encontrava-se no início do século XX sob a hegemonia da influência das ideias anarquistas, consubstanciadas nas propostas do sindicalismo revolucionário.

Enfatizamos então, quanto à participação de operários têxteis de Magé na mobilização dentro das fábricas por melhores condições, o esforço, constatado por nós, pelo estabelecimento de elos entre o movimento operário em atividade na então Capital Federal e os trabalhadores das fábricas têxteis em Magé mais dispostos à luta contra o patronato e as autoridades que o apoiavam.

No caso dos trabalhadores dedicados à indústria de fição e tecelagem no citado município, a situação geográfica configurava-se, por um lado, sobre a relativa proximidade com o polo economicamente dinamizador do Rio de Janeiro, e por outro, sobre o isolamento espacial de seus locais de trabalho, circundados por áreas predominantemente rurais, com diminutos centros, a saber: Pau Grande, Magé e Santo Aleixo. A este isolamento espacial somava-se um outro isolamento, este de caráter social: o fato de esses trabalhadores, pelos seus ofícios, estarem inseridos numa forma de produção econômica de existência incipiente no Brasil daquele início do século passado: o trabalho em grandes unidades fabris, à época um elemento estranho instalado num meio social agrário, e recém-egresso do escravismo.

A entidade sindical que se propunha a coordenar as lutas dos tecelões nesses anos, no Rio de Janeiro, era a União dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos (UOFT). Ela se constituiu numa das mais fortes organizações sindicais da Primeira República. Pensando no seu grau de representatividade a partir do número de seus filiados, Boris Fausto reconhece que é difícil estabelecer um cálculo razoavelmente próximo da realidade. Mas, quanto à UOFT, cita uma afirmação do deputado Nicanor Nascimento, de que em junho de 1918, nos quadros dessa União mais de 19.000 filiados. Mais adiante, lembra que a UOFT

¹ Mestre em História Política pela Universidade do Rio de Janeiro (UERJ). Integrante do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa. E-mail: slmome@yahoo.com.br.

afirmara várias vezes contar com 40.000 sócios; porém, esse quantitativo deve ser encarado com cautela, pois se destinava a mostrar sua representatividade, contrapondo-a aos centros compostos pelos industriais.² Embora essa entidade não acolhesse entre seus quadros uma única vertente de pensamento e ação do movimento operário, ela também se encontrava sob a hegemonia ideológica e política do sindicalismo revolucionário de inspiração anarquista.

Nesse contexto, buscamos situar esse conjunto de operários no momento histórico de auge do movimento operário da Primeira República, que se situa por volta dos últimos anos da década de 1910. Nesse marco temporal incidem fatores externos que influíram poderosamente na vida de nosso país: o final da Primeira Guerra Mundial com a subsequente recomposição das relações econômicas e políticas internacionais, num mundo ainda conturbado, e a influência das tentativas de implantação do socialismo em diversos países, sobressaindo-se a experiência da revolução russa de 1917. Internamente, a conjuntura de 1918 continha elementos que potencializavam tensões e atitudes coletivas radicais. Principalmente para as classes trabalhadoras, as dificuldades de sobrevivência eram agravadas pelo aumento do custo de vida acarretado pelas dificuldades de abastecimento e outros percalços ligados à guerra mundial, e ao final do ano a epidemia de gripe espanhola que ceifou vidas e reverteu em mais miséria e fome.

Buscamos também relacionar a prática social desses trabalhadores, mais especificamente na então capital federal e no estado do Rio, com a principal tentativa de intervenção política e social efetuada pelo sindicalismo revolucionário no Rio: a tentativa de uma insurreição anarquista na capital do país, inspirada no processo revolucionário da Rússia, então em desenvolvimento. A linha de ação adotada correspondia à estratégia preconizada pelo sindicalismo revolucionário para o assalto ao Estado: uma insurreição partida das classes trabalhadoras, no bojo de uma greve geral que paralisasse econômica e politicamente a sociedade burguesa nacional.

A greve levada a efeito em novembro de 1918 por várias categorias, entre elas a dos tecelões, teve grande adesão dos trabalhadores. Além disso, e este foi um componente ainda mais explosivo, essa greve foi acompanhada pela tentativa de insurreição encabeçada por sindicalistas e outros militantes, estes últimos basicamente de classe média e intelectuais, ligados ao sindicalismo revolucionário.

Aqui, pretendemos focar o confronto entre a repressão do Estado e dos patrões e a resistência dos trabalhadores organizados logo em seguida ao fracasso da tentativa insurrecional, e a presença dos sindicalistas tecelões nesse confronto. Nossa principal fonte é o jornal *A Razão*, um periódico que se alinhava a uma postura populista³ no trato da questão social. Nele se encontram, mesmo em breves informes, dados que permitem esboçar uma trajetória das lutas de que aqui tratamos.

Mesmo desbaratada a tentativa insurrecional, e acionada a repressão, a movimentação dos trabalhadores e outros grupos envolvidos continuou. É claro que essa atividade era realizada dificultosamente, em limites bastante estreitados pela perseguição policial.

Os fatos violentos do dia 18 despertaram receios e tensões nos dias subsequentes. As instâncias governamentais e os diversos setores sociais manifestaram apreensões, que, no caso desses setores, eram maiores à medida que esse ou aquele setor encontrava-se mais próximo ao topo da pirâmide social. A chamada grande imprensa reverberava a sensação de insegurança generalizada pela população, e que afetava particularmente as camadas dominantes da sociedade.

Da parte dos principais responsáveis pela manutenção da ordem, anotamos essas ações: a entrada em prontidão dos quartéis desde o dia da eclosão dos confrontos; a concessão de “poderes extraordinários” ao chefe de polícia Aurelino Leal para coordenar a repressão; a ocupação por forças militares e policiais de pontos-chave da cidade do Rio; depredação e fechamento de sedes de associações operárias; prisões e invasões de domicílios.

² FAUSTO, Boris, 1983, pp.179-180.

³ BANDEIRA, Moniz et alli, 1967, p.181.

Mesmo sob esse clima de violência e intimidação, a greve pacífica de tecelões, metalúrgicos e trabalhadores da construção civil prosseguia, através do mês de novembro. Poucos dias depois da tentativa de insurreição, foram fechadas as sedes da União dos Operários em Fábricas de Tecidos, da União Geral dos Metalúrgicos, e da União Geral da Construção Civil, atos seguidos pelo fechamento de várias sucursais de bairros desses sindicatos. No dia 22, o governo federal decreta a dissolução da União Geral dos Trabalhadores.⁴

Entretanto, a greve prosseguia. Mesmo pressionada, a UOFT insiste em impor condições para o retorno ao trabalho: liberdade completa de pensamento, seis dias de trabalho por semana, salário mínimo e oito horas de trabalho diário. Em resposta, os patrões recusam-se a atender essas reivindicações. Sob a alegação de que a entidade sindical estaria dominada por anarquistas estranhos à categoria dos tecelões, não mais reconhecem a UOFT como representação dos têxteis, anulam os acordos feitos até então e fecham-se às negociações com a mesma.

O endurecimento da posição do patronato, sentindo-se fortalecido pela atuação decidida da polícia em liquidar a parede dos tecelões, juntou-se à brutalidade da repressão e à constância das ameaças para demover os operários de insistir na sua greve. Assim, a UOFT se decide pelo encerramento do movimento, no dia 30 de novembro. Sua derrota então é completa, sem obter quaisquer de suas pretensões.

Todavia, o ano seguinte demonstraria cabalmente que tanto o fracasso do levante em 18 de novembro como o revés da greve que corra paralela a ele não haviam retirado o ânimo dos militantes do movimento operário, particularmente na cidade do Rio de Janeiro e em áreas fabris dos arredores, como Magé. Mesmo sob forte repressão, a União dos tecelões tornaria a se recompor rapidamente, sob a liderança de Pereira de Oliveira, em janeiro de 1919⁵. Ao passo que greves e outras manifestações sucediam-se em outros estados, nova greve dos tecelões terminou no Rio de Janeiro, em junho, e teve sua comemoração em um comício-monstro na Praça Mauá, no dia 25. “Este movimento irradiou-se pelo Estado do Rio, principalmente Niterói, Petrópolis e Magé. As repercussões do movimento chegaram a Juiz de Fora.”⁶

As notícias veiculadas pelo jornal *A Razão* enfileiram temporalmente fatos dessa luta, dos quais daremos maior atenção àqueles relativos aos tecelões de Magé. Tais fatos assinalam para nós, entre outras coisas, a vinculação dos grupos sindicalistas de Magé com as ações da UOFT.

Em edição de 1º de junho de 1919, o jornal noticia a decretação da greve geral dos tecelões do Distrito Federal e do Estado do Rio, feita em 31 de maio. Traz a programação de comícios, entre eles aqueles marcados para a cidade de Magé e Santo Aleixo, a cargo do sindicalista João Vicente Mateus Fernandes, e para o mesmo dia em Pau Grande, sob a responsabilidade de Antenor Faria e Souza Dias⁷. Para o dia 6, havia uma reunião às 11 horas dos tecelões de Pau Grande, “na Raiz da Serra”, com os seguintes oradores: Santos Junior, Américo Falleiro, Antonio Luiz Junior e Ana Luiza. Também se noticia uma reunião permanente em Santo Aleixo, das fábricas Santo Aleixo e Andorinhas, coordenada por Antenor Faria, além de uma reunião em Magé, com os trabalhadores da Mageense, a cargo de José Torres⁸. A 15, encontro em Pau Grande com Albino Dias e Santos Junior, secretariado por Rafael Garcia⁹.

A maré montante da greve obviamente contrariava os interesses dos patrões e inquietava as autoridades, e a iminência de sua vitória induzia uns e outras ao recurso à violência. Em 20 de junho, *A Razão* denunciava uma agressão sofrida por dois representantes da UOFT, hospedados numa pensão na

⁴ ADDOR, Carlos A, 2002, p.128.

⁵ FAUSTO, Boris, 1983, pp.185-186.

⁶ BANDEIRA, Moniz et alli, 1967, p.194.

⁷ *A Razão*, 01 jun 1919, p.2.

⁸ *A Razão*, 06 jun 1919, p.2.

⁹ *A Razão*, 15 jun 1919, p.2.

cidade de Magé. Segundo o jornal, presos a mando do juiz Abel Graça, os sindicalistas foram soltos à noite e pouco depois espancados separadamente nas ruas da cidade. O jornal contava dezesseis participantes nesses espancamentos. José Torres, surrado à rua Major Delfim, teria se fingido de morto para escapar a algo pior. Antenor Faria, de acordo com o relato do jornal, após ser espancado, encontrou-se por acaso com o seu companheiro na estrada de Raiz da Serra. Ambos chegaram bastante feridos a Petrópolis, no trem expresso¹⁰.

Através dos dias seguintes, o jornal que se definia como um defensor dos oprimidos descreveu um clima de indignação entre os trabalhadores da região, perante a notícia desse ato de arbítrio e violência. Um clima também de tensão e medo, disseminados por esta e outras notícias e boatos. No dia 26 de junho, ou seja, no dia seguinte ao comício comemorativo da greve vitoriosa da categoria, no Rio de Janeiro, em Magé os ares estavam carregados. *A Razão* noticiava que operários em Santo Aleixo pretendiam alguma reação às ameaças e agressões vindas de seus adversários. Nesse clima de insegurança, o comércio estaria fechando às 18h. Por outro lado, o jornal denunciava que a Mageense estaria pagando um certo sargento Saturnino para perseguir os operários insubmissos¹¹.

Entrando pelo mês de julho, a mobilização estimulada pela UOFT na área de Magé prosseguia. Reuniões aparecem agendadas nas edições de *A Razão*. A 2 de julho, publicou: “Continuam totalmente paralisadas as fábricas de tecidos de algodão de Petrópolis e Santo Aleixo.”¹²

No primeiro dia do mês, foi anunciado para aquela mesma data um comício-monstro em Petrópolis, dos grevistas da categoria dos têxteis, na praça D. Pedro de Alcântara. Na edição de *A Razão* do dia 6, sob o título “O grande comício de Petrópolis”, é narrado o desenrolar da manifestação da UOFT, com uma estimativa de participação de mais de 5.000 operários. Um dos oradores foi Antenor Faria que, como vimos, foi um dos representantes sindicais espancados em Magé, e que ocupava o cargo de segundo secretário da União. Ele discorreu sobre “a vida dos operários fluminenses, e a atitude truculenta do inepto juiz de Magé”.

Ao encerrar o comício, outro orador, Pedro Medina, apresentou uma moção, unanimemente aprovada. Vê-se no texto desse documento a batalha das informações entre os sindicalistas e os patrões e autoridades:

Os operários de Petrópolis, reunidos na praça pública, protestam veementemente contra a atitude dos caluniadores que vêm envenenando as causas justas que levaram à greve os trabalhadores em Fábricas de Tecidos.

Protestam contra a falsidade de informantes a soldo do patronato, que levam à imprensa erradas informações, forçando esta a tomar atitudes agressivas, que vêm ferir o operariado ordeiro.

Então, dedicaram um trecho da moção à situação de Magé:

Protestam contra as arbitrariedades e truculências do juiz de Magé, dr, Abel Graça, que sem o menor respeito pela lei vem espancando indefesos proletários, só porque estes se mostram intransigentes na defesa de seus direitos.

É um dado interessante a alegação de respeito às leis e ao comportamento pacífico por parte desses grevistas. Através do restante do texto da moção, e de outras peças ditas no comício, avulta a preocupação em caracterizar os grevistas tecelões como obedientes à ordem legal, e cujo pacifismo é um indicador a mais da justeza de suas reivindicações. Atitude bem diversa da adotada por numerosos

¹⁰ *A Razão*, 20 jun 1919, p.3.

¹¹ *A Razão*, 26 jun 1919, p.2.

¹² *A Razão*, 2 jul 1919, p.5.

tecelões e seus dirigentes em 18 de novembro, quando, de acordo com o plano traçado para a insurreição, abandonando o serviço em Bangu, planejavam apossar-se de armas em Realengo e viajar até as áreas centrais da cidade do Rio, sendo que vários partiram para o ataque à instalação policial no campo de São Cristóvão, principal campo de confronto armado na tentativa de insurreição. Mais do que servir de disfarce diante da repressão policial daqueles dias, tais declarações parecem indicar uma divergência de opiniões acerca da atividade sindical, em relação à militância sindicalista revolucionária, representada, por exemplo, por dirigentes como Manuel Castro e Joaquim Moraes, respectivamente presidente e secretário da UOFT em 1918. Estes dois, aliás, foram arrolados pelo Judiciário como integrantes do grupo que teria encabeçado a tentativa de insurreição do 18 de novembro.

Também na retórica do jornal *A Razão*, esse comportamento ordeiro e pacífico, embora firme na defesa dos direitos, seria a tônica do comportamento dos operários engajados. As atitudes radicais pertenceriam a elementos indignos de representar seus colegas de profissão.

É nessa linha que o jornal, pretendendo falar em nome dos legítimos militantes do movimento operário, pacíficos e ordeiros, e canalizar suas reivindicações, faz seu discurso.

Na edição de 23 de julho, por exemplo, *A Razão* expunha várias acusações, tanto contra os policiais sob o comando de Aurelino Leal, quanto contra a polícia do Estado do Rio, acusações essas que também incluíam a situação vivida pelos sindicalistas em Paracambi:

Na greve atual, a polícia fluminense tem requintado de ferocidade contra os operários em tecidos, apesar da sua atitude calma e ordeira. Quer agindo diretamente, como em Magé, onde os representantes da União dos Operários em Fábricas de Tecidos foram bárbara e desumanamente espancados pelos policiais às ordens do façanhudo e truculento juiz de direito daquela comarca fluminense, quer prestando apoio à capangada dos industriais, como em Paracambi, onde as autoridades policiais, à frente de numeroso contingente da Força Militar, de armas embaladas, tranquilamente presenciou o assalto à sucursal da União dos Operários em Fábricas de Tecidos, e o incêndio dos móveis, papéis, livros e até das bandeiras, sem um gesto que fosse para impedir o vandalismo, consentindo também que os desordeiros a soldo do sr. Botelho¹³ espancassem os delegados da União dos Operários, a polícia fluminense em toda a greve atual se tem manifestado de uma parcialidade vergonhosíssima contra o operariado.

Apesar da disposição de luta demonstrada direta ou indiretamente pelos sindicalistas da UOFT, aos quais se associavam os militantes de Magé, o movimento operário como um todo iniciava uma fase de declínio que se estenderia até o final da Primeira República, e cujos fatores não discutiremos aqui, posto que exigiriam uma análise além da proposta deste artigo. Quanto à entidade dos tecelões, foi nessa greve de junho-julho de 1919 que se jogou sua sorte enquanto “associação têxtil de massas e o próprio destino das lutas da categoria”, de acordo com Boris Fausto¹⁴. A greve de junho-julho de 1919 foi a última grande aparição de toda a categoria, em público, por vários anos. A UOFT começaria a seguir um percurso de declínio.

¹³ Possivelmente trata-se do gerente da Fábrica da Companhia Brasil Industrial em Paracambi, dr. Antonio Andrade Botelho, citado em outra notícia como alvo de uma manifestação organizada em seu favor, feita por operários da fábrica, com homenagens também à diretoria da mesma e às autoridades presentes. Correio da Manhã, 17 jul 1919, p.4.

¹⁴ FAUSTO, Boris, 1983, p.186.

Referências Bibliográficas

ADDOR, Carlos A. **A insurreição anarquista no Rio de Janeiro**. 2ª. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: 2002.

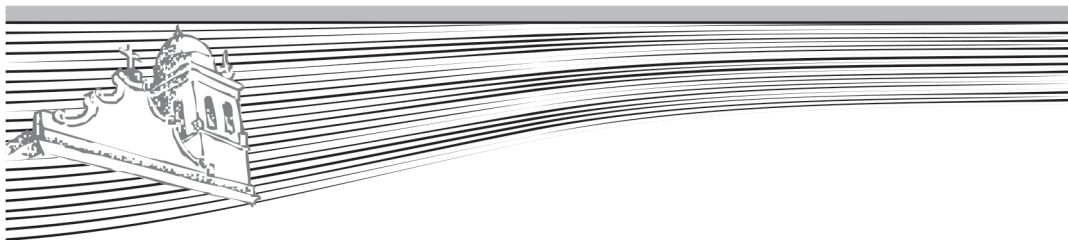
BANDEIRA, Moniz et alli. **O ano vermelho**: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

FAUSTO, BORIS. **Trabalho urbano e conflito social**. 3ª. ed. São Paulo: Difel, 1983.

Fontes Primárias Impressas

A Razão, Rio de Janeiro, 1919.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 1919.



TV OLHO - UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO¹

Rodrigo Dutra²

A presente pesquisa está em andamento e tem como objetivo levantar, descrever e analisar a história da TV Olho, uma iniciativa levada a termo em Duque de Caxias em 1982, durando até 1984, cujo cerne de atuação poderia ser, de forma esquemática, categorizado em gêneros já definidos como TV Comunitária, TV de Rua, TV Móvel Itinerante. A TV Olho, porém, chama a atenção para alguns aspectos de sua criação, objetivos, gestão e produção que a tornam um empreendimento singular e distinto dos casos de TV de rua mais exaustivamente analisados: a TV Maxambomba, TV Viva de Recife, o Cinema de Rua paulista e outros.

Gerida pela Publivideo, produtora audiovisual criada para este fim, a TV Olho seria, segundo seus realizadores, um “circuito fechado de TV” veiculado através de um telão com projetor montado na Praça da Emancipação (atual Praça do Relógio), no centro da cidade de Duque de Caxias e também por televisores instalados em uma cabine de metal (que se assemelhava a uma cabine de fiscal de ônibus) situada na mesma praça e também por sua unidade móvel, uma Kombi equipada com projetor, telão e equipamento de áudio que rodava os bairros para transmitir a programação.



¹ Pesquisa desenvolvida no Núcleo de estudos Visuais em Periferias Urbanas (NuVISU - UERJ-CNPq) do PPG Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas - FEBF/UERJ, sob orientação de Liliâne Leroux.

² UERJ/FEBF. Historiador e documentarista, Mestrando em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas. rodrighohistoriador@gmail.com



Para traçar corretamente o perfil da TV Olho e seu contexto, elegemos como recursos a entrevista com seus criadores, realizadores audiovisuais e público, bem como um uma densa pesquisa de acervo que envolve documentos (papel e fotos) e filmes. A análise comparada dos filmes produzidos também é utilizada como método através do qual buscamos identificar continuidades e inovações na forma de gerir, produzir e veicular imagens, entre a TV Olho, o circuito comercial de TV da época e outras TVs de rua. Tal abordagem aproxima-se do que Carlo Ginsburg (1989) apontou como uma aproximação indutiva, que tem início por um certo modo de conhecimento conjectural, que o autor associa ao tipo de trabalho realizado pelo detetive, criminologista ou mesmo do psicanalista.

Além de uma aproximação fortemente descritiva para a análise do fenômeno, utilizaremos da pesquisa histórica para enquadrar as produções e as suas condições sociais de produção, evitando cair em anacronismos, pois nesse lapso temporal de cerca de 30 anos verificamos uma transformação profunda na tecnologia e na difusão de aparelhos de captação e reprodução de imagens, assim como no próprio movimento de produção audiovisual da Baixada Fluminense.

Sobre a TV Olho e aos anos de sua criação, cabe ressaltar que, nesta época, Duque de Caxias ainda era considerada “área de segurança nacional”, tendo seu quadro político composto por interventores que determinavam a vida econômica e política da cidade. Segundo Francisco Carlos Damásio, idealizador, fundador e principal personagem da história da TV Olho, este quadro político gerou uma espera de nove meses para que a autorização de utilização da praça e instalação da cabine fossem liberadas pelo então interventor Coronel Américo de Barros.

Essa demora em aprovar o funcionamento da TV de Rua, não foi apenas uma questão burocrática, encaminhada com morosidade pela administração pública, pois Damasio, em entrevista realizada para este projeto de pesquisa, sinaliza a iniciativa de ter que mobilizar outros agentes políticos

locais para ganhar a simpatia e a autorização do prefeito Américo de Barros e a partir de então instalar de fato a cabine.

Já em funcionamento e a pleno vapor a TV Olho entrevista o prefeito coronel perguntando sobre o que ele acha da TV, nos permitindo identificar em seu discurso o verdadeiro motivo da demora na autorização:

"(...) começa por um nome genial que é TV Olho, ta olhando de tudo quanto é canto, né? Palavra de honra, quando vocês chegaram a primeira vez aqui eu não acreditei muito e vocês devem ter lembrado que inclusive eu fui contra a instalação do Publivideo. Mas realmente foi uma coisa que quando eu cai na realidade e verifiquei que eu estava trazendo para toda a cidade a possibilidade de todos virem e ouvirem as notícias e os acontecimentos dessa cidade num local aprazível e mais do que isso a obrigatoriedade de você estar atualizado com todas coisas da sua cidade. Nós pouco sabemos sobre Caxias porque nós começamos ouvir a televisão que dá enfoque de aspectos evidentemente do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e das grandes capitais. E a nossa cidade? Hoje vocês tem uma TV que só se preocupa com a sua cidade e ela é uma realização que foi um desafio que foi vencido e eu só posso parabenizar por aqueles que acreditaram em vocês, o meu abraço e até a minha inveja pela tua realização."

Através desse fragmento, filmado pelas câmeras da TV Olho que perguntam, sem nenhuma ingenuidade, o que o prefeito acha da mesma é possível identificar a presença de alguns estigmas. Na passagem inicial que diz "quando vocês chegaram a primeira vez aqui eu não acreditei muito e vocês devem ter lembrado que inclusive eu fui contra" nos cabe pensar os motivos do prefeito Américo de Barros não ter dado imediatamente credibilidade ao projeto.

Segundo Goffman a sociedade como um todo cria alguns modos de categorizar as pessoas, criando atributos considerados comuns e naturais para os membros dessas categorias, ou seja, o ambiente social que vive um determinado grupo estabelece um tipo de pessoa provável a ser encontrada no interior daquele grupo.

Quando o prefeito Américo de Barros afirma que não acreditava no pequeno grupo que foi procurá-lo para pedir autorização de funcionamento na praça é porque antes de se permitir conhecer as capacidades individuais, técnicas e de realização daquelas pessoas que estavam diante dele, o prefeito apenas se limitou a identificar que eram moradores de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense, localizando o lugar social deles e seus atributos fornecidos por esse meio social. Cabe ressaltar que Duque de Caxias nos anos 1980 foi um local reconhecido e marcado pelo viés da violência, migração, da baixa escolaridade e do sub-emprego. No entendimento do coronel prefeito se interrogava a seguinte questão: como dar credibilidade para um empreendimento de comunicação sendo produzido por um grupo de pessoas que moram em Duque de Caxias e na Baixada Fluminense e que a priori não teriam capacidade para tal feito?

Ainda segundo o livro de Erving Goffman, Estigma e Identidade Social é possível identificar dois tipos de Identidade Social, uma virtual e outra real. A virtual estaria ligada a idéia ou caráter que imputamos ao indivíduo, enquanto a categoria de Identidade Social real seriam os atributos que ele (indivíduo ou grupo) provam ter. "Um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo" (GOFFMAN), onde o estereótipo estaria diretamente proporcional para a identidade social virtual assim como o atributo para a identidade social real.

No presente estudo de caso é possível notar uma mudança de postura do prefeito-coronel em relação ao trabalho desenvolvido pela TV Olho quando ele verifica que a mesma estava promovendo um grande serviço para o município, com uma produção constante e de qualidade, ou seja, provando na prática os seus atributos enquanto produtora e difusora do audiovisual na localidade.

Essa entrevista foi veiculada no segundo programa da TV, dentro da cobertura de lançamento da TV Olho na praça (proselitismo), isso de um modo ou de outro obrigou o Américo de Barros a reconhecer a importância do empreendimento publicamente, pois assim a TV estaria rompendo com qualquer resquício de estigma ou estereótipos que ainda pudessem existir da classe política local em relação ao projeto e sua capacidade de realização. Tanto que no final da fala do prefeito o editor optou por deixar a seguinte declaração: "o meu abraço e até a minha inveja pela tua realização", espantando definitivamente qualquer mal entendido estigmatizante.

Um rápido sobrevôo pelos documentos que a TV Olho enviava ao Serviço de Censura e Diversões Públicas da Polícia Federal com o pedido de autorização de sua programação que seria veiculada logo evidencia a quantidade de programação voltada para "levantar a moral" da cidade como espaço de produção cultural e de artistas locais de valor, pois estes tinham espaço garantido para divulgar sua arte nas telonas e telinhas da TV Olho espalhadas pela cidade. Outro ponto importante e não menos revelador são os comerciais que a TV Olho veiculava na sua grade de programação. Além de contribuir financeiramente para a manutenção da mesma, atuavam como uma espécie de valorização do setor de serviço e industrial da cidade, rompendo com a idéia e o estigma de que Duque de Caxias era apenas uma cidade dormitório e que seus moradores não teriam uma opção de trabalho dentro dos limites do município.

Já nos anos 1990 Duque de Caxias passa a ser conhecida como uma importante cidade no setor de serviços, com um calçadão muito bem organizado e um comércio varejista de causar inveja a outras cidades. Acreditamos que foi a TV Olho um importante momento para a implementação dessa nova visão de Caxias como espaço privilegiado para compra de produtos mais baratos e de qualidade. Por se tratar de uma pesquisa ainda não concluída, nos interessa investigar "se" e "como" a TV Olho contribuiu com a desmistificação de uma Duque de Caxias representada pela mídia como apenas um bolsão de miséria, através de seus modos de fazer e os modos de distribuição e circulação de sua produção, da relação com seu público, com a cidade etc. Nossa investigação não tem sido uma tarefa fácil, por se tratar de um tema inédito sobre o qual inexistente uma bibliografia especializada e para além da falta de uma bibliografia de apoio, outro dificultador tem sido o gerenciamento e gestão das evidências históricas, pois estas em sua totalidade encontram-se em acervos privados e em suporte visual já ultrapassado, analógico VHS, demandando muitas horas de trabalho na conversão e digitalização desses vestígios históricos.

Francisco Carlos Damásio, conhecido no meio de cinema e TV como Carlinhos foi um dos fundadores da Publivideo e da TV Olho. Podemos afirmar que é o personagem principal dessa iniciativa pois manteve-se na Publivideo/TV Olho do início ao fim das suas atividades, sendo considerado o chefe responsável e diretor geral da TV. Graças ao senso de preservação e respeito à memória, todos os arquivos da TV Olho encontram-se guardados com Damásio, sendo fonte fundamental para a reconstrução da trajetória histórica do objeto desta pesquisa. Garoto pobre da Baixada Fluminense, filho de mãe negra e pai branco boêmio da Lapa, conheceu cedo as dificuldades da vida, trabalhando como vendedor de empadas, baleiro e carregador de trouxas de roupa das madames da Zona Sul, período que morou com os compadres de sua mãe no morro dos Guararapes no Cosme Velho. Começou a trabalhar como office boy na produtora Cine Sul em Laranjeiras em 1969, ainda com 17 anos e, ali, conheceu Andreas Jorge Paluch que, segundo o próprio Damásio, foi seu grande mestre, não só de operação de câmera de cinema mas também por motivá-lo a apreciar e se interessar pela cultura brasileira.

Não demorou muito e, de office boy, Damásio passou para assistente de câmera, ficando dois anos na Cinesul e acumulando uma grande experiência com o universo do cinema pois, como ele mesmo relata, conviveu ali com muitos artistas famosos, inclusive com grande Otelo. Após a saída de Paluch da Cinesul, Francisco Carlos Damásio continuou ainda por um período, mas como não tinha perspectiva de crescimento saiu para fazer assistência de câmera dos trabalhos de Paluch.

Foi então que Paluch, ao ser chamado para fazer alguns serviços para a extinta Agência Nacional, convidou Damásio, promovendo-o a cameraman, pois enquanto Paluch fazia a primeira câmera e a direção de fotografia, Damásio fazia a segunda câmera.

Nesse processo, Francisco Carlos Damásio se torna cinegrafista oficial da Agência Nacional como servidor público federal em 1971. Na Agência Nacional, Francisco Carlos Damásio se dedicou exclusivamente a trabalhar para a Série Brasil Hoje, sendo o cinegrafista de mais de 100 programas jornalísticos e viajando por quase todo o território nacional.

Com base nesta trajetória, um dos pontos de interesse da pesquisa tem sido a análise comparativa de alguns desses filmes feitos por Damásio na Agência Nacional com o que, mais adiante, passou a produzir quando criou a TV Olho.

Com o fim da Agência Nacional, Damásio é posto em disponibilidade pelo serviço público e, depois de um tempo, recebe a proposta de ir trabalhar em Brasília, que logo é rejeitada, obrigando-o a pedir exoneração do serviço público.

Quando trabalhou na Agência Nacional Francisco Carlos Damásio conheceu Jorge Ventura, cinegrafista mais experiente que também tinha origem na Baixada Fluminense (Nova Iguaçu) e ambos ficam amigos. Com o fim da Agência Nacional, Damásio diz que partiu de Ventura a ideia de fazer um Visual People³ - assim eram chamados os telões com projetores no início dos anos 1980 - que pudessem botar na rua e exibir uma programação própria com o Vídeo Bin (nome dado ao projetor/datashow).

Assim, em 1981 foi fundada a Publívdeo/TV Olho que teve como sócio investidor Rugerpe Antonio Pedrosa, dentista, amigo de Damásio. A Publívdeo e a TV Olho, porém, são e não são a mesma coisa. Publívdeo foi o nome legal dado a empresa, fundada por Francisco Carlos Damásio, Jorge Ventura e Rugerpe Antonio Pedrosa, que tinha como seu principal produto e nome fantasia a TV Olho.

A TV Olho funcionou de 1982 até 1984 e a Publívdeo de 1981 até 1994, tornando-se uma das principais produtoras de TV do período. No momento inicial da fundação, a TV Olho funcionou em Duque de Caxias na Rua Andre Rebouças número 50, salas 301/302. Segundo Francisco Carlos Damásio a TV Olho teve uma média de 20 funcionários, todos devidamente cadastrados e legalizados. A TV Olho funcionava da seguinte maneira: fazia a sua programação, montava e exibia em praça pública. Possuía uma cabine fixa na Praça da Emancipação (atual Praça do Relógio) no centro de Duque de Caxias que suportava três televisores, um de cada lado da cabine, e, no alto, tinha hasteado um telão com um projetor que exibia a programação diária, além de uma Kombi - chamado por Damásio de unidade móvel - que percorria os bairros de Duque de Caxias.

Eram produzidas duas horas de programação diária, exibidas duas vezes ao dia (das 16 às 18 e das 18 às 20), de segunda a sábado. No início o projeto TV Olho foi custeado por Rugerpe, mas a TV também sobrevivia de aluguel de equipamentos de projeção para o Circo Voador, Cassino da Urca e outros lugares, além de exibir comerciais das lojas e empresas locais que pagavam a produção e a veiculação na TV Olho.



APRESENTA



³ Visual People (povo visual) é um sistema desenvolvido nos Estados Unidos para instalar TVs nas ruas

A PUBLIVÍDEO, uma Organização Pioneira

em Duque de Caxias

A publicidade, como atividade humana e no seu significado mais amplo, tem uma longa história. Publicitavam os homens da pre-história as melhores formas de caça em desenhos rudimentares nas cavernas; publicitavam os egípcios as suas leis, gravando hieroglífos nas pedras; gregos e romanos publicitavam com cartazes nas ruas e, na idade média, os príncipes com pregões as grandes novidades do reino.

Fazer publicidade é se comunicar com a grande massa, tornar algo público, notório, anunciar as novidades, orientar uma escola, divulgar, propagar, espalhar.

Muitas vezes o termo "publicidade" se vê restrito ao campo meramente comercial. Não é o que pretende a PUBLIVÍDEO.

A PUBLIVÍDEO é uma organização publicitária com critérios mais amplos. Surgindo da associação de profissionais do ramo, e contando com equipamentos de primeira linha, a Publívídeo reúne uma equipe de especialistas nas diversas áreas da publicidade e das artes, constituindo-se na primeira organização cultural a situar-se na área de Duque de Caxias com capacidade para a produção de filmes e vídeo-tapes de qualidade profissional.

Uma Imagem Vale mais que Mil Palavras

O homem sempre se exprimiu através de imagens; pinturas nas pedras, esculturas, desenhos, gravuras, mais tarde a fotografia e o cinema e, nos últimos tempos, a maior inovação no campo das comunicações: a televisão.

O milagre da televisão é o resultado mais recente do permanente esforço do homem para se comunicar. A sua importância na disseminação do conhecimento e de informações pode ser comparada à invenção da imprensa por Gutenberg há mais de quatro séculos.

A magia inacreditável da transmissão de imagens eletronicamente, a sensação de realidade dominante, o seu poder de captar a atenção da mente humana, fazem da televisão um dos veículos culturais mais desenvolvidos e eficientes.

A Televisão nas Ruas

O veículo ao ar livre é o mais antigo meio de comunicação com as massas que se conhece. Da "Comédia da Arte" aos nossos violões e grupos mambembes, a rua foi sempre palco das mais variadas expressões.

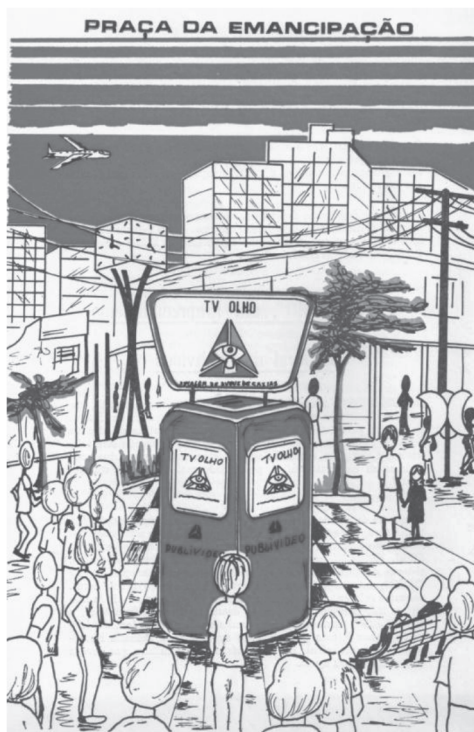
Recentes experiências nos principais centros urbanos do mundo, levaram à utilização da televisão nas ruas como veículo de lazer, informação e cultura. É o sistema conhecido nos EEUU como "VISUAL PEOPLE" (Visual do Povo).

A "TV OLHO", um Empreendimento

Cultural da Publívídeo

A PUBLIVÍDEO traz o "VISUAL PEOPLE" para o Brasil, instalando o primeiro módulo na praça da Emancipação em Duque de Caxias para, em seguida, implantá-lo em outras cidades da Baixada Fluminense. Trata-se de uma cabine equipada com televisores e, em cima, um telão cuja imagem consegue equiparar-se à imagem cinematográfica, permitindo maior área de alcance visual.

A escolha da cidade de Duque de Caxias para a implantação deste novo e avançado meio de comunicação baseia-se nas condições ideais que a mesma apresenta para a utilização do sistema "VISUAL PEOPLE" (grande trânsito de pedestres nos calçadões, sistema de vida mais calmo, etc.). Na sua programação, a "TV OLHO", como será chamada, veiculará, num espaço de seis horas, assuntos referentes à cultura, música, arte e folclore, e ainda materiais informativos de interesse comunitário, constituindo-se, a "TV OLHO", numa verdadeira emissora local de televisão (circuito fechado), com programação específica da Baixada Fluminense. Será um veículo de lazer, informação e cultura que deverá contar com o seu apoio.



O encarte comercial divulgado pela Publívdeo/TV Olho revela alguns detalhes muito interessantes. Logo na primeira página vemos o logotipo da Publívdeo e da TV Olho.

O da Publívdeo são três triângulos, um vermelho, um verde e um azul que juntos formam um único triângulo maior. As cores não foram escolhidas aleatoriamente pois cada uma dessas cores representa o sinal de vídeo RGB (Red, Green e Blue) e logo abaixo se lê Publívdeo, representações publicidade e produção para cinema e TV, já demonstrando que o foco da Publívdeo não seria apenas a produção da TV Olho e sim produzir para publicidade televisiva e também para o cinema.

O Logotipo da TV Olho é uma repetição dos triângulos da Publívdeo com o desenho de um olho sobreposto ao triângulo e com um dedo indicador que ameaça enfiar-se nesse olho. Essa imagem sugere que a TV Olho estaria preocupada também com a denúncia social, pois o “dedo no olho” nos remete a algo que incomoda, que fere, que rompe com o que vemos.

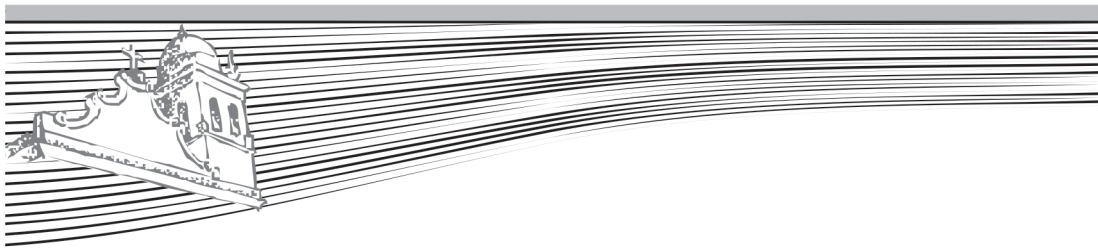
Na segunda página do encarte chama a atenção o título "A Publívdeo, uma Organização Pioneira em Duque de Caxias". Analisando de uma maneira mais ampla e rompendo os espaços temporais determinados pela presente pesquisa que se limita a pesquisar a TV Olho, nos parece um pouco exagerada essa necessidade dos grupos audiovisuais da cidade de Duque de Caxias se auto determinarem como pioneiros. Ser ou não pioneiro de um projeto parece que politicamente delega ao grupo o status de ser a origem, o fundamento de tudo o que veio e virá depois. Em nossa pesquisa, identificamos que antes da TV Olho existiu uma outra organização cinematográfica em Duque de Caxias, encabeçada por Chico Santos, motorista de Tenório Cavalcante (o lendário Homem da Capa Preta), autor do argumento que inspirou o filme “Amuleto de Ogum” de Nelson Pereira dos Santos. Chico Santos criou a Índio Filmes e depois a King Filmes, sendo um importante personagem do pioneirismo audiovisual da cidade.

Neste mesmo encarte, a TV Olho diz a que veio. Explica que pretende ser o projeto de televisão nas ruas, que nos Estados Unidos já era chamado de Visual People e numa sub chamada diz "A TV Olho um empreendimento cultural da Publívdeo". A palavra empreendimento não deve constar aí por conta do acaso, pois diferentemente de outros projetos de TV de Rua que surgiram no Brasil dos anos 1980, a TV Olho não sobreviveu através de movimento de Ongs e doações do movimento social organizado, muito pelo contrário, a Publívdeo foi uma empresa privada que no seu início sobreviveu de aluguel de equipamentos audiovisuais e de produção/veiculação de comerciais, ou seja, uma forma de gerir fundos para a TV de rua completamente independente, sem vinculação política, sem fundo público ou privado que se submetesse à normas ou formatos de editais, utilizando de modo radical o conceito de livre iniciativa.

Por fim, na quarta página se vê uma grande ilustração do que seria a “utopia” da TV Olho: sua cabine no meio da Praça da Emancipação (é possível ver o relógio gigante que durante anos ali esteve) com o povo no entorno assistindo a programação e uma Duque de Caxias urbanizada, com grandes prédios espelhados refletindo o céu por onde passa um avião, os orelhões de telefone, árvores verdes no meio da praça e a ausência de veículos. Essa imagem é interessante pois demonstra, de certa forma, o modo que criaram de expor a cidade ao olhar, pois a imagem é quase toda em preto e branco, sendo apenas colorido o céu azul, às árvores verdes e a cabine vermelha da TV Olho, repetindo as cores de sua logomarca, numa clara referência de que a cidade estaria, agora, expressa a partir de um novo olhar.

Referências Bibliográficas

- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- CANTALEJO, M. **O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985**. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. UFRJ, 2008.
- FERRO, Marc. **Cinema e História**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- GINSBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais. Morfologia e História**. São Paulo: Editora Schwarcz, 1989.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- PERUZZO, K. M. C. **TV Comunitária no Brasil: Aspectos Históricos**. Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-tv-comunitaria.pdf>. 01/04/2014.
- TOJA, N. **TV Maxambomba: processos de singularização**. Dissertação (Mestrado em Educação, Comunicação e Cultura em Periferias Urbanas). Duque de Caxias: Faculdade de Educação da Baixada Fluminense/UERJ, 2010.



A BAIXADA FLUMINENSE VISTA POR MEIO DOS ATLAS ESCOLARES MUNICIPAIS NO ENSINO BÁSICO.

Clézio dos Santos¹

A pesquisa sobre os Atlas escolares dos municípios da Baixada Fluminense tem como preocupação central articular o ensino de geografia numa perspectiva interdisciplinar na escola básica. Esta postura de trabalho interdisciplinar favorece a articulação didática e o ensino horizontal entre as disciplinas do ambiente escolar numa relação de reciprocidade, e, ao mesmo tempo, induz a um aprofundamento vertical na identidade de cada disciplina, propiciando a superação da fragmentação disciplinar, além de instigar o diálogo na escola.

Os estudos dos materiais didáticos da Baixada Fluminense integram a linha de pesquisa Práticas e Ensino em Geografia do Grupo de Estudos Integrados em Ambiente: Geografia, Educação e Cidadania (GEIA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – Campus Nova Iguaçu, certificado pelo CNPq e o Projeto O Ensino-aprendizagem da Geografia e as Práticas Disciplinares, Interdisciplinares e Transversais na Escola Básica que conta com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) por meio do edital do programa “Apoio à melhoria do Ensino em Escolas da Rede Pública Sediadas no Estado do Rio de Janeiro – 2013”.

A pesquisa no Ensino de Geografia é respaldada nas concepções teóricas pedagógicas dos educadores: Oliveira (1978), Aguiar (1997), Cavalcanti (1998), Castellar (2005), Almeida (2007), Pontuschka (2002, 2007) e Santos (2013).

O objetivo principal da pesquisa é analisar e discutir os Atlas Escolares Municipais da Baixada Fluminense como materiais didáticos no Ensino de Geografia.

Foram pesquisados e analisados os materiais didáticos já produzidos por editoras e instituições de ensino existentes na Baixada Fluminense, destacando-se as secretarias de educação dos municípios. O método segue o contexto das pesquisas qualitativas em educação, atrelada ao uso dos materiais didáticos no Ensino de Geografia.

A metodologia da área de Ensino de Geografia busca um diálogo entre os conteúdos geográficos e a didática. Assim, segundo Castellar (2005, p.211):

Toda a aprendizagem da geografia na educação básica, entendida como um processo de construção da espacialidade que corresponde a orientar-se, deslocar-se no espaço, pode ser associada aos seguintes objetivos: 1) Capacitar para a aplicação dos saberes geográficos nos trabalhos relativos a outras competências e, em particular, capacitar para a utilização de mapas e métodos de trabalho de campo. 2) Aumentar o

¹ Professor Adjunto II de Ensino de Geografia do Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ e coordenador Projeto do Ensino-aprendizagem da Geografia e as Práticas Disciplinares, Interdisciplinares e Transversais na Escola Básica da FAPERJ.

conhecimento e a compreensão dos espaços nos contextos locais, regionais, nacionais, internacionais e mundiais e, em particular: conhecimento do espaço territorial; compreensão dos traços característicos que dão a um lugar a sua identidade; compreensão das semelhanças e diferenças entre os lugares; compreensão das relações entre diferentes temas e problemas de localizações particulares; compreensão dos domínios que caracterizam o meio físico e a maneira como os lugares foram sendo organizados socialmente; e compreensão da utilização e do mau uso dos recursos naturais.

Esses objetivos relacionam-se a uma geografia cujo método de análise do saber geográfico indica novas possibilidades de se alterar o currículo da geografia escolar e uma nova forma de se pensar o conhecimento geográfico. Os objetivos devem ir além dos conteúdos, pois incorporam conceitos procedimentais e atitudinais, contribuindo para ampliar a concepção de currículo existente nas escolas.

E é por isso que é necessário fazer uma reflexão que traz questões não muito novas do ponto de vista histórico, mas que continuam atuais em função da falta de mudanças na postura do docente em relação ao *como, para quê e para quem ensinar geografia escolar*. Destacamos ainda a proposta metodológica da Pedagogia de Projetos para desenvolver a área de Ensino de Geografia.

Aportes para a discussão dos Atlas escolares

O Atlas Escolar é um material didático presente nas aulas de geografia, mas pouco explorado. Ele é um importante instrumento de ensino aprendizagem da geografia no ambiente escolar. Novos estudos vêm sendo desenvolvidos pela área de cartografia escolar no Brasil, onde novos formatos de Atlas escolares estão sendo construídos e testados.

Segundo Aguiar (1997) um Atlas pode ser definido como uma publicação formada por um conjunto de mapas acompanhada, ou não, de diagramas, textos explicativos, glossário, bibliografia e outros documentos anexos, tais como bandeiras, informações a respeito de alguns países ou orientações sobre como usá-lo. Os Atlas podem ser mundiais, regionais, nacionais, escolares ou ainda, temáticos (climático, de vegetação, da fauna...).

O Atlas escolar serve como apoio ao ensino nas aulas de Geografia e no desenvolvimento de trabalhos. Em muitas escolas fazem parte da lista de materiais a serem adquiridos e raramente faltam nas bibliotecas escolares até mesmo nas pouco equipadas. Os Atlas escolares apareceram no século XIX com a inclusão da Geografia nos currículos escolares. Porém, *“na maior parte das vezes, ele ainda é um peso na mochila”*, ou mesmo *“um objeto pouco folheado nas bibliotecas”*. Isto porque muitos professores ainda não sabem utilizar esse precioso instrumento para enriquecer suas aulas.

Os Atlas geográficos vinculam-se a uma interface entre Geografia e Cartografia e sua definição usual é a de uma coleção ordenada de mapas com o propósito de representar um dado e expor um ou vários temas. (AGUIAR, 1997, p.12).

Em seu *Atlas Général*, publicado na França em 1894, Vidal de la Blache já tinha incluído encartes e diagramas em grande quantidade para seguir a seguinte concepção: um Atlas que facilite as comparações e, conseqüentemente, o entendimento e o conhecimento do espaço geográfico.

Le Sann & Almeida (2002) apresentam algumas ideias para o ensino com Atlas geográficos. Como todo compêndio, um Atlas apresenta uma organização dada por seu conteúdo. Os Atlas trazem, geralmente, uma sequência de pranchas que apresentam mapas temáticos, partindo de planisférios para mapas continentais e, depois, regionais. Então, o trabalho didático com Atlas deve começar por levar os estudantes a aprender como *“entrar”* em um Atlas e saber o que podem encontrar aí. Os mais completos possuem um índice analítico que possibilita localizar rapidamente o que se deseja, indicando um nome, a

que se refere, em que país fica, a página e a quadrícula onde se encontra. Por exemplo, a sequência “Guaratuba Cid BRA (PR) 109 3B” pode ser assim entendida: “Guaratuba Cid” significa que é o nome de uma cidade; “BRA (PR)” refere-se ao Brasil (estado do Paraná); 109 é o número da página onde se encontra essa cidade e 3B indica em que quadrícula.

As práticas de sala de aula devem possibilitar aos alunos:

- aprender a manusear o Atlas, iniciando pela consulta do índice;
- identificar as diferentes seções e seu conteúdo;
- perceber que o Atlas apresenta primeiro mapas de toda a superfície da Terra, depois mapas que abrangem áreas menores, como continentes, países e regiões;
- comparar mapas e estabelecer relações entre eles;
- perceber a distribuição geográfica dos fenômenos ou dos dados mapeados.

Uma sugestão de atividade interessante e simples é pedir para os alunos formarem grupos, usando vários exemplares do mesmo Atlas. Eles devem abri-los nas páginas que apresentam os seguintes mapas políticos: planisfério, continente americano, América do Sul, Brasil, mapa da região brasileira onde se localiza a cidade na qual os alunos moram. Os alunos devem justapor os Atlas nessa sequência e discutir as seguintes perguntas: *O que acontece com as áreas abrangidas, do primeiro para o último mapa? O que acontece com os detalhes apresentados em cada um dos mapas?* Irão perceber que os detalhes aumentam conforme a área abrangida diminui. Por exemplo, no mapa regional é possível ver cidades, rios, estradas etc. que não apareciam nos mapas anteriores. Isso é chamado de *generalização cartográfica*, que consiste na relação entre a área abrangida pelo mapa e a quantidade de informação que ele apresenta. Esse conceito está vinculado ao de *escala*, isto é, quanto mais uma área é reduzida, menos detalhes podem ser incluídos e maior é a área abrangida pelo mapa.

Em 1997, Valéria Aguiar chamava a atenção da comunidade científica para a necessidade de produzir *Atlas locais e municipais* para atender às necessidades de trabalhar os conceitos geográficos, partindo do espaço vivido pelo aluno.

Nesse sentido, diversos professores e pesquisadores ligados ao grupo de cartografia escolar no Brasil elaboraram Atlas locais. Desde o início da década de 1990, vários foram os Atlas municipais escolares produzidos no Brasil, destacamos Atlas Escolar Ijuí (1994), Atlas Escolar de Gouveia (1997), Atlas Geográfico de Juiz de Fora (2000), Atlas Escolar da Cidade do Rio de Janeiro (2002), Atlas Geográfico, Histórico e Ambiental de Rio Claro (2002), e Atlas escolar de Santo André (2005).

Os Atlas escolares devem estar mais presentes dentro da sala de aula na disciplina escolar de geografia, seja no ensino fundamental como no médio.

Os Atlas escolares dos municípios da Baixada Fluminense analisados

A diferenciação entre os Atlas Escolares dos municípios da Baixada Fluminense pode ser observada de vários aspectos. Isso começa basicamente pelo título da obra. É ele quem nos apresenta o que iremos encontrar ou do que o Atlas irá se tratar.

O Atlas numa concepção tradicional tem como principal foco os mapas. Através desse recurso cartográfico é possível ensinar e mostrar para os alunos, se familiarizando com a geografia através dos mapas, seja da região onde mora ou do País. Todavia o Atlas também pode e deve incluir o contexto histórico, ele propõe também um trabalho didático, para levar a informação de forma descontraída, usando estratégias como a de visualização, observação, bem como ativando e estimulando o imaginário dos alunos.

Gostaria de ressaltar que embora os autores sejam institucionais (profissionais ligados as prefeituras e universidades) eles estão escrevendo materiais didáticos para o Ensino Fundamental, e devem primar em passar a informação com objetividade e clareza, o que é essencial quando se trata de material didático. Quem ganha com isso é o ensino de Geografia, o aluno e professor, que podem contar

com esses trabalhos na escola para conhecer e entender mais a região e o local onde moram.

Analisamos três Atlas dos municípios da Baixada Fluminense são eles: *Atlas Escolar da Cidade de Nova Iguaçu (2004)*, *Atlas Geográfico Escolar Município de Duque de Caxias (2011)* e *Atlas Geográfico Escolar Município de Nova Iguaçu (2012)*.

Atlas Escolar da Cidade de Nova Iguaçu

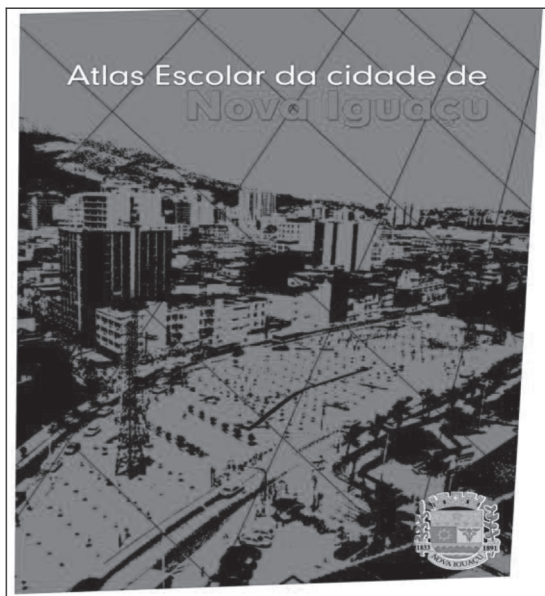


Fig 01. Capa do Atlas Escolar da Cidade de Nova Iguaçu
Fonte: <http://www.novaiguacu.rj.gov.br/arquivos/atlasescolar.pdf>

O Atlas Escolar da Cidade de Nova Iguaçu é um dos primeiros esforços para a produção de um material didático no formato de Atlas escolar na Baixada Fluminense.

Com este Atlas Escolar da Cidade de Nova Iguaçu, você terá a oportunidade de localizar nossa cidade no mundo, no Brasil, no estado do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense; descobrir em que ponto do mapa está sua escola e onde estão as matas e o parque da cidade; constatar, por exemplo a grande quantidade de rios que corta nosso município. Poderá também compreender que, ao longo dos séculos, o homem foi ocupando cada pedaço dessa terra, entendendo e descrevendo melhor o nosso relevo, a nossa cobertura vegetal, mudando o desenho do nosso território ao mapa atual na nossa cidade. (PMNI, 2004, p.7).

Além disso, neste material didático o aluno você também encontrará mapas que reúnem informações sobre o sistema viário, os bairros, a densidade populacional, os equipamentos sociais e os índices de qualidade de vida de cada bairro da cidade.

Nossas principais preocupações ao elaborarmos o Atlas escolar da cidade de Nova Iguaçu foram a de concisão e da precisão ao fornecer conceitos básicos com a finalidade de manter os estudantes atualizados e facilitar a compreensão dos capítulos através de

fotos, tabelas e ilustrações que contextualizam as informações trabalhadas ao longo da obra. (PMNI, 2004, p.7).

Apresentamos a seguir a estrutura do Atlas Escolar da Cidade de Nova Iguaçu.

Estrutura do Atlas

Aspectos históricos; Constituição do município; Medidas e limites; Geologia; Relevo; Cobertura Vegetal; Hidrografia; Organização territorial; Sistema viário; Bairros; População; Densidade; Cidade em números; Equipamentos sociais; Unidades de conservação; Índice de qualidade de vida; Créditos; Bibliografia; Símbolos da cidade.

Neste Atlas, temos como ponto positivo a presença do contexto histórico, exposto de forma didática, levando a informação de forma descontraída, usando como estratégia a visualização, com inúmeras fotos, textos curtos, além dos temas atuais com a presença de dados, mapas, imagens de sensores remotos e a indicação do referencial teórico.

Como ponto negativo de imediato destacamos o nome equivocado dado ao Atlas que destaca a cidade e não o município como unidade territorial base para escala adota neste Atlas. A cidade é um espaço geográfico dentro do território municipal. Equívoco que não ocorre nos outros dois Atlas onde o recorte territorial é claro.

Atlas Geográfico Escolar do Município de Duque de Caxias

O Atlas é o primeiro resultado do convênio assinado entre a PUC-Rio e a Nova Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro temos o prazer de lançar o Atlas Geográfico Escolar do Município de Duque de Caxias, sendo decorrência do material produzido para o projeto “Educação Ambiental: Formação de valores ético-ambientais para o exercício da cidadania nos municípios de Duque de Caxias e de Nova Iguaçu” realizado pela PUC-Rio com patrocínio da PETROBRAS S/A no ano de 2009.

O Atlas Geográfico Escolar do Município de Duque de Caxias foi lançado no dia 17 de agosto de 2011 na Sala do Conselho Universitário da PUC-Rio.

Figura 02. Capa do Atlas Geográfico Escolar do Município de Duque de Caxias
Fonte: SANTOS, 2013.



A proposta do Atlas é destacada logo na introdução:

Sendo o Atlas um material pedagógico, especialmente direcionado à comunidade escolar, a construção do Atlas do Município de Duque de Caxias busca desenvolver informações e conceitos que atendam ao ensino básico da geografia. Representando e abordando os conceitos fundamentais do conhecimento geográfico, constituindo-se num instrumento de apoio à atividade docente. Para os estudantes, trata-se de um recurso de visualização e representação que permite estudar o município e a própria geografia com maior significância e envolvimento. Ao se trabalhar com mapas, especialmente o do espaço próximo do aluno, permite-se uma percepção ampla e qualificada, pois é um meio de construção da cidadania ensejando uma visão crítico-espacial do seu mundo vivido. Dessa forma o Atlas do Município de Duque de Caxias, como material didático pedagógico, constitui-se como apoio ao trabalho docente tanto em sala de aula quanto em atividades externas, permitindo e fortalecendo o processo de construção do conhecimento.(PMDC, 2011, p.2)

A produção do Atlas Geográfico do Município de Duque de Caxias representa um desafio por se tratar do mapeamento dos diversos aspectos do espaço geográfico do município, os quais ainda não haviam sido reunidos em um único material que subsidiasse uma leitura do território municipal, permitindo uma análise do espaço geográfico, revelando heranças, formas, ações e interação no processo da sua própria construção.

O Atlas faz uma apresentação dos *elementos cartográficos*: Título; escala; Simbologia; Sistema de coordenadas e de projeção; Projeção Cartográfica; Legenda; Orientação; Fonte; Data da informação representada; e Autor, antes do início dos mapas e no final apresenta um glossário de Legendas.

Abaixo apresentamos a estrutura do Atlas escolar do município Duque de Caxias.

A estrutura

Mapa do município de Duque de Caxias; Mapa político e de bacias hidrográficas do estado do Rio de Janeiro ; Mapa de densidade e de crescimento populacional do estado do Rio de Janeiro; Mapa das áreas edificadas dos municípios e da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro; Geomorfologia do município de Duque de Caxias; Geologia do município de Duque de Caxias; Uso do solo e cobertura vegetal do município de Duque de Caxias; Hidrografia do município de Duque de Caxias; Zonas Especiais do município de Duque de Caxias; Vias de acesso e limite rural/urbano do município de Duque de Caxias; Glossário de Legendas; Modelo Digital de Elevação do município de Duque de Caxias.

O Atlas escolar do município Duque de Caxias apresenta uma proposta bem tradicional de organização de Atlas, apresentando dois conjuntos de mapas, um que localiza o município de Duque de Caxias no mundo, no Brasil, no estado do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense; e outro conjunto que apresenta mapas do município de Duque de Caxias abordando diferentes temas. No Atlas também temos a ausência de referências para entender a metodologia de organização do Atlas.

O ponto positivo é que dado ao convênio realizado entre PUC-Rio e PETROBRÁS foi possível produzir os Atlas escolar do município de Duque de Caxias em larga escala e distribuí-lo gratuitamente para as redes de ensino municipal e estadual em Duque de Caxias. As redes ganharam um material didático a mais que não dispunham.

Atlas Geográfico Escolar Município de Nova Iguaçu

O Atlas escolar do município de Nova Iguaçu também é resultado do convênio assinado entre a PUC-Rio e a Nova Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro sendo possível lançar o Atlas Geográfico Escolar do Município de Nova Iguaçu, também como decorrência do material produzido para o projeto “Educação Ambiental: Formação de valores ético-ambientais para o exercício da cidadania nos municípios de Duque de Caxias e de Nova Iguaçu” realizado pela PUC-Rio com patrocínio da PETROBRAS S/A no ano de 2009.

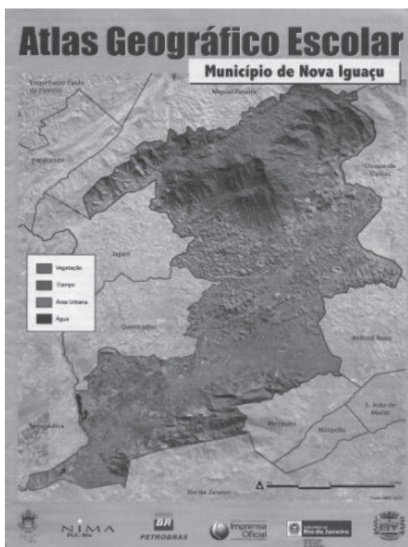


Fig 03. Capa do Atlas Geográfico Escolar
Município de Nova Iguaçu
Fonte: SANTOS, 2013.

A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e a prefeitura de Nova Iguaçu lançaram o novo Atlas Geográfico do município no dia 08 de agosto de 2012 na Casa de Cultura.

A organização do Atlas escolar municipal de Nova Iguaçu é semelhante ao de Duque de Caxias.

Detalhando com maior clareza a funcionalidade dos mapas, percebemos a organização político administrativa do Brasil, entre seus Estados e regiões. Focando numa escala mais detalhada, temos o mapa político do Estado do Rio de Janeiro, onde as legendas vão indicar as diferentes regiões que compõe o Estado (PMNI, 2012, p.2).

Toda a região do Estado do Rio de Janeiro possui características peculiares, onde sua forma de relevo permite o desenvolvimento representadas as diferentes bacias que comprovam tal argumento.

A densidade populacional é outro fator representado em um dos mapas presente no Atlas escolar do município de Nova Iguaçu. Onde se percebe uma maior concentração populacional, acompanhado de seu maior crescimento, nas áreas onde se tem um maior desenvolvimento econômico e maior oferta de trabalho e serviços em alguns territórios dentro da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Partindo para uma maior escala, temos o Município de Nova Iguaçu. Nele são delimitados no mapa os diferentes bairros que o compõe. Sendo assim, os mapas que se seguem vão indicar o total de domicílios por setor censitário, a distribuição da coleta de lixo, domicílios com sistemas de esgotamento sanitário, mostrando que tais serviços estão, em sua maior parte, concentrados próximos ao centro, e o sistema de abastecimento de água.(PMNI, 2012, p.2)

Além desses aspectos, nos mapas seguintes são representados outros temas como podemos observar na estrutura apresentada abaixo.

A estrutura

Mapa do município de Duque de Caxias; Mapa político e de bacias hidrográficas do estado do Rio de Janeiro; Mapa de densidade e de crescimento populacional do estado do Rio de Janeiro; Mapa das áreas edificadas dos municípios e da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro; Bairros de Nova Iguaçu; Domicílios de Nova Iguaçu; Geomorfologia e Hidrografia de Nova Iguaçu; Uso do Solo, Cobertura Vegetal e Unidade de Conservação de Nova Iguaçu; Solos de Nova Iguaçu; Rodovias de Nova Iguaçu; Glossário de Legendas; Mapa Hipsométrico de Nova Iguaçu.

Neste Atlas também temos uma apresentação dos *elementos cartográficos*: Título; escala; Simbologia; Sistema de coordenadas e de projeção; Projeção Cartográfica; Legenda; Orientação; Fonte; Data da informação representada; e Autor, antes do início dos mapas e no final apresenta um glossário de Legendas.

O Atlas escolar do município Nova Iguaçu apresenta uma proposta tradicional semelhante a do Atlas escolar do município de Duque de Caxias como já comentamos, com os problemas semelhantes e ponto positivo também de ter esse material acessível nas escolas públicas do município de Nova Iguaçu.

Considerações Finais

A crítica empreendida em nossa pesquisa sobre os materiais didáticos de Geografia da Baixada Fluminense na Educação Básica procura desvelar questões importantes a respeito da formação inicial do professor, e do percurso que a Geografia segue no currículo, bem como desmistificar a visão linear da disciplina, que a nosso ver pode ser reflexo da formação inicial precária.

Porém, existe um grande abismo entre a formação do professor e sua prática no que tange ao uso de materiais didáticos. Para amenizar esse abismo propomos o uso crítico dos materiais didáticos da Baixada Fluminense no Ensino de Geografia de forma eficiente e comprometida com o ensino-aprendizagem da Geografia no Ensino Fundamental.

O currículo de formação do professor pode ser chamado de científico, mas não o preparam para o chamado currículo escolar, os conteúdos de atuação na escola. Esses fatos estão claros nos cursos de licenciatura em Geografia e na análise da prática docente cotidiana.

Nosso próximo desafio de pesquisa é desvendar como esses Atlas escolares dos municípios da Baixada Fluminense estão sendo utilizados na rede pública e como poderiam ser utilizado com maior eficácia. Ultrapassando os limites dos materiais didáticos de forma criativa e significativa.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, Valéria T. B. Valéria. **Atlas Geográfico Escolar de Juiz de Fora**. Juiz de Fora; ED. UFJF, 2000.
- AGUIAR, Valéria T. B. Valéria. *Os Atlas de Geografia: Peso na mochila do aluno?* In: **Revista Geografia e Ensino**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1. p. 39-42, 1997.
- ALMEIDA, Rosângela D. de. (Org.) **Cartografia Escolar**. São Paulo, Contexto, 2007.
- ALMEIDA, Rosângela D. de. **Atlas Municipal Escolar. Geográfico, histórico, ambiental**. Rio Claro - SP. Rio Claro: FAPESP: Prefeitura Municipal de Rio Claro: UNESP – Campus de Rio Claro, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. **Guia de Livros Didáticos PNLD 2008: Geografia**/Ministério da Educação. Brasília, MEC, 2007, 112p. (Anos Finais do Ensino Fundamental).

BRASIL, Ministério da Educação. **Materiais didáticos: escolha e uso**. Boletim 14 do MEC. Ministério da Educação. Brasília, MEC, agosto. 2005, 60p.

CASTELLAR, Sonia V. (Org.) **Educação Geográfica: teorias e práticas docentes**. São Paulo, Contexto, 2005.

CAVALCANTI, Lana S. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos**. Campinas, Papirus, 1998.

FERREIRA, Graça Maria Lemos; MARTINELLI, Marcello. Atlas geográfico. **Espaço mundial**. São Paulo: Editora Moderna. 1999.

GECART-FSA. **Atlas escolar de Santo André**. Santo André, FSA, 2005.

OLIVEIRA, Livia. **Estudo metodológico e cognitivo do mapa**. Tese de livre docência, série: teses e monografias (32), IGEOG/USP. São Paulo, 1978.

LA BLACHE, Vidal de. **Atlas Général**. Paris: Librairie Armand Colin, 1921. (Primeira edição: 1984).

LE SANN, J. G. *Dar o peixe ou ensinar a pescar? Do papel do Atlas escolar no Ensino Fundamental*. Anais do II Colóquio Cartografia para Crianças. In: **Revista Geografia e Ensino**, Belo Horizonte, v. 6, n.1. p. 31-34, março de 1997.

PONTUSCHKA, Nídia N. *Fundamentos para um projeto interdisciplinar: supletivo profissionalizante*. In PONTUSCHKA, Nídia N. & OLIVEIRA, Ariovaldo U. (Orgs.) **Geografia em Perceptiva: ensino e pesquisa**. São Paulo, Contexto, 2002.

PONTUSCHKA, Nídia N; PAGANELLI, Tomoko I; CACETE, Núria H. **Para Ensinar e Aprender Geografia**. São Paulo, Cortez, 2007 (Coleção Docência em Formação – Ensino Fundamental).

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS/NIMA-PUCRIO. **Atlas Geográfico Escolar Município de Duque de Caxias**. Rio de Janeiro, Nova Imprensa do Estado do Rio de Janeiro, 2011. Disponível: <http://www.nima.puc-rio.br/index.php/pt/todas-as-notas/2654-atlas-geografico-escolar>

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU. **Atlas Escolar da Cidade de Nova Iguaçu**. Nova Iguaçu, Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, 2004.

Fonte: <http://www.novaiguacu.rj.gov.br/arquivos/atlasescolar.pdf>

PREFEITURA MUNICIPAL NOVA IGUAÇU/NIMA-PUCRIO. **Atlas Geográfico Escolar Município de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro, Nova Imprensa do Estado do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.nima.puc-rio.br>

SANTOS, Clézio & TUNES, Regina H. **Geografia Escolar: Construções e desconstruções**. São Paulo, Nege, 2001.

SANTOS, Clézio (Org.) **Leituras Cartográficas e Geográficas em Contextos Educacionais**. Nova Iguaçu, Agbook, 2013.